



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UNAGEO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**ERLANDO MARQUES DOS SANTOS**

**LUTAS SOCIAIS, MEMÓRIA E ESPAÇO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NO  
ASSENTAMENTO BARTOLOMEU EM BONITO DE SANTA FÉ – PB.**

**CAJAZEIRAS – PB**

**2015**

**ERLANDO MARQUES DOS SANTOS**

**LUTAS SOCIAIS, MEMÓRIA E ESPAÇO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NO  
ASSENTAMENTO BARTOLOMEU EM BONITO DE SANTA FÉ-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura plena  
em Geografia da Unidade Acadêmica de  
Geografia da Universidade Federal de  
Campina Grande UFCG, como requisito  
parcial para obtenção do título de Licenciado  
em Geografia.

Orientador: Dr. Josias de Castro Galvão

**CAJAZEIRAS – PB**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

S2371 Santos, Erlando Marque dos  
Lutas sociais, memória e espaço de resistência camponesa no  
assentamento Bartolomeu I em Bonito de Santa Fé-PB. / Erlando  
Marques dos Santos. - Cajazeiras: UFCG, 2015.

86f. il.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof.(a)Josias de Castro Galvão.  
Monografia (Graduação) – UFCG.

1. Reforma Agrária. 2. Assentamento Bartolomeu. 3. Lutas Sociais.  
4. Camponeses. I. Galvão Josias de Castro. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 332.2.021.8(813.3)

**ERLANDO MARQUES DOS SANTOS**

**LUTAS SOCIAIS, MEMÓRIA E ESPAÇO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NO  
ASSENTAMENTO BARTOLOMEU EM BONITO DE SANTA FÉ-PB.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do curso de Licenciatura em  
Geografia da Unidade Acadêmica de  
Geografia da Universidade Federal de  
Campina Grande UFCG, como requisito  
parcial a obtenção do título de Licenciado em  
Geografia.

Aprovado em 07/12/15

**BANCA EXAMINADORA**

Josias de Castro Galvão

Professor Dr. Josias de Castro Galvão  
(CFP/UFCG - Orientador)

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo  
(CFP/UFCG - Examinadora Interna)

Mariana Borba de Oliveira

Professora Ma. Mariana Borba de Oliveira  
(CFP/UFCG - Examinadora Interna)

**CAJAZEIRAS - PB**

**2015**

## DEDICATÓRIA

*A Deus por me guiar sempre, e proporcionar momentos singulares de aprendizagem, saberes e conhecimentos que serviram de base para sequência da construção da minha identidade profissional, a minha família, aos meus pais, minha esposa e minha filha que está para chegar, professores, amigos e colegas.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus.

A minha família a minha Mãe Izabel Marques dos Santos, Meu pai José Candido dos Santos, meus irmãos (a), minha esposa, aos meus primos, aos meus sobrinhos, aos meus Professores do Ensino Básico até o Superior, Amigos e colegas, à coordenação de apoio estudantil, ao pessoal do Restaurante Universitário e a todos que contribuíram para que eu pudesse alcançar esse objetivo.

Agradeço ao meu professor Orientador Drº Josias de Castro Galvão, à banca examinadora composta pela Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo e Ms. Mariana Borba de Oliveira.

Agradeço aos assentados de Bartolomeu I principalmente aos titulares da parcela, bem como a Maria do Socorro Augusto da Silva, Maria Elni da Silva Rufino, José Alves da Silva, Joaquim Pereira da Silva, Paulo Alves de Sousa, Maria Jacilene Gomes da Silva, Francisco Frutuoso da Silva, Antônio Ferreira de Sousa, João Agostinho de Sousa entre outros.

E, por fim, agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Imagens 01 e 02</b> - Ferramentas de trabalho dos camponeses.....	17
<b>Imagens 03 e 04</b> - Matéria orgânica utilizada como fertilizante e o coentro nas primeiras.....	17
<b>Imagens 05 e 06</b> - Procedimentos realizados durante o período de produção de alface recém-mudado para o canteiro.....	18
<b>Imagens 07 e 08</b> - Alface após semanas e Produção de Banana.....	18
<b>Imagens 09 e 10</b> - Produção de mandioca, coco e mamão.....	18
<b>Imagens 11 e 12</b> - Redes de pesca e criação de aves.....	19
<b>Imagem 13</b> – Planta da área lote I do Assentamento Bartolomeu I.....	22
<b>Imagem 14</b> - planta da área lote II do assentamento Bartolomeu I.....	23
<b>Imagem 15</b> – Planta da área lote III.....	25
<b>Imagem 16</b> - Planta área lote IV.....	26
<b>Imagens</b> – 17 e 18. Acompanhamento técnico no início do assentamento.....	27
<b>Imagem 19 e 20</b> - Posseiros indo acampar na Prefeitura e Câmara Municipal dos Vereadores.....	55
<b>Imagem 21</b> – Reunidos para ir acampar em João Pessoa.....	56
<b>Imagens 22 e 23</b> - Acampados na sede do Incra.....	58
<b>Imagem 24</b> - Primeira sede comunitária.....	60
<b>Imagem 25</b> – Reunião na casa de um Posseiro.....	60
<b>Imagens 26 e 27</b> - Gestores da associação e a sede durante as reuniões.....	61
<b>Imagens 28 e 29</b> – casa de uma família assentada.....	70

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> - Estrutura Etária do Sexo Masculino.....	61
<b>Gráfico 02</b> - Estrutura Etária do Sexo Feminino .....	62
<b>Gráfico 03</b> - Produção agrícola do Assentamento .....	63
<b>Gráfico 04</b> - Produção Agropecuária dos Assentados .....	64
<b>Gráfico 05</b> - Grau de Escolaridade .....	66
<b>Gráfico 06</b> - Eletrodomésticos Adquiridos após a criação do Assentamento.....	68



## RESUMO

A partir de questionamentos de como se constituiu o território de resistência camponesa no assentamento Bartolomeu I no município de Bonito de Santa Fé – PB, e de levantamentos de dados surge a importância do estudo desse local, com o objetivo de analisar a gênese da luta pela Reforma Agrária dos posseiros do açude público de Bartolomeu I até os dias atuais. É de suma importância para a comunidade acadêmica e outros interessados no assunto, conhecer os movimentos de luta e resistência dos camponeses do Alto Sertão paraibano. Ocorre discussões de como estão desenvolvendo as atividades agrícolas na área, se está havendo preocupação com os impactos ambientais, se estão sendo apoiados por órgão governamental ao longo da trajetória e como essa população é vista diante a população da cidade. Pesquisamos a luta dos assentados de Bartolomeu I, com perspectiva de compreender de modo teórico através de pesquisadores do tema e analisamos como aconteceu a luta dos assentados de Bartolomeu I através de relatos orais e documentos. Estes assentados bateram de frente com os ex - proprietários e o Estado para ter o seu direito reconhecido diante da lei. Precisamos de políticas públicas e incentivos das Instituições de Ensino Superior que visem apoiar os menos favorecidos economicamente, com o objetivo de amenizar a dominância do capitalismo sobre o espaço agrário, onde o camponês vive em condições desumanas tendo que trabalhar para manter sua família e o luxo de seus superiores. Refletir sobre Reforma Agrária é um processo árduo, pois o latifúndio predomina na mão da classe dominante, que pouco se importam com o sofrimento dos assentados, eles não abrem mão de seus status exploram os camponeses, o responsável pelo alimento que chega a sua mesa, e não querem que tornem independentes. O conflito do Assentamento dos Posseiros do Açude Público Bartolomeu I, em Bonito de Santa Fé – PB, ainda não está resolvido, mas os assentados já dominam a área e cada família desenvolve, em sua parcela, a atividade que deseja. A luta é constante é preciso ter coragem para enfrentar os proprietários que dominam grande parte do espaço agrário. Uma parte da sociedade considera o camponês sem terra um “marginal,” visão preconceituosa com um cidadão que luta por melhores condições de vida, por uma porção de terra onde possa desenvolver suas atividades agrícolas para alimentar sua família e comercializar os produtos agrícolas produzidos na terra porque se no campo não plantar, na cidade não come. Portanto, desde os anos de 1986, quando começou a eclodir esse conflito envolvendo o tripé ex - proprietários, Estado e camponês, somente agora, no século XXI, no ano de 2014, é que os posseiros do Assentamento dos Posseiros do Açude Público de Bartolomeu I conseguiram do Estado o Título de Posse da área dividida para os 17 posseiros, em partes iguais de terra no município da cidade de Bonito de Santa Fé - PB.

**Palavras Chaves:** Lutas Sociais. Memória. Reforma Agrária. Assentamento.

## ABSTRACT

From questions of how the peasant resistance territory it was constituted in Bartolomeu I settlement in the city of Bonito Santa Fe - PB and data collections comes the importance of studying this location, with the aim of analyze the genesis of the fight for land reform of squatters from the public weir of Bartolomeu I to the present day. It is very important for the academic community and others interested in the subject, know the fight movements and e resistance of the peasants of High Paraíba backwoods. It occurs discussions of how they are developing agricultural activities in the area if there is concern about the environmental impacts, if they are being supported by government body along the trajectory and how this population is seen in front of the city's population. We searched the fight of Bartolomeu I settlers, with perspective to understand theoretically by theme researchers, and analyze how it happened the fight of the settlers through oral reports and documents. These settlers hit front to the ex - owners and the state to have their rights recognized under the law. We need public policies and incentives of higher education institutions aimed at supporting the least favored economically, with the aim of lessen the dominance of capitalism over agrarian space, where the peasant lives in inhumane conditions having to work to keep your family and luxury of his superiors. Reflecting about Agrarian Reform is an arduous process, because landlordism prevails in hand of the dominant class, who care little about the suffering of the settlers, they do not give up their status, explores the peasants, responsible for the food that comes to your table and they do not want to become independent. The conflict of the settlement of squatters of the public weir Bartolomeu I, in Bonito de Santa Fé - PB, is not yet resolved, but the settlers now dominate the area and each family develops, in its share, the activity they want. The fight is constant and it takes courage to face the owners who dominate large part of the agrarian space. A part of society considers the landless peasants a 'marginal' prejudiced view on a citizen who fight for better conditions of life, for a piece of land where they can develop their agricultural activities to feed their family and sell agricultural products produced in the land, because if the field does not grow, the city does not eat. So, from the year 1986, when it started to hatch this conflict involving the tripod, the former owners, state and peasant, only now, in the the XXI century, the year 2014 is that the squatters of the settlement of squatters of the public weir Bartolomeu I succeeded in getting from the State the property rights of the divided area for the 17 squatters, in equal parts of land in the city of Bonito de Santa Fe - PB.

**Key Words:** Social Struggles. Memory. Agrarian Reform. Settlement.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA: RESISTÊNCIA E MEMÓRIA CAMPONESA</b> .....	14
<b>1.1. Categorias de Análise</b> .....	26
1.1.1. O Espaço Agrário .....	26
1.1.2. Território Camponês .....	29
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	34
<b>2.1. A Construção dos Procedimentos Metodológicos: o método e seus objetivos</b> .....	34
2.1.1. Método de Abordagem: Materialismo Histórico e Dialético .....	36
<b>2.2. Pesquisa Bibliográfica</b> .....	37
<b>2.3. Pesquisa Documental</b> .....	38
<b>2.4. Pesquisa de Campo</b> .....	39
<b>2.5. Tratamento Qualitativo e Quantitativo</b> .....	40
2.5.1. Tratamento Qualitativo .....	40
2.5.2. Tratamento Quantitativo .....	41
<b>3 MEMÓRIA E HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA</b> .....	42
<b>3.1. Memória e História</b> .....	42
<b>3.2. Resistência</b> .....	46
<b>4. O ASSENTAMENTO BARTOLOMEU: A CONQUISTA E DESAFIOS</b> .....	50
<b>4.1. História Oral</b> .....	50
<b>4.2. Concepção de Assentamento</b> .....	58
<b>4.3. Os dilemas do Cotidiano dos Assentados</b> .....	66
<b>4.4. A Relação Exógena</b> .....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	70
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	72
<b>ANEXOS</b> .....	74

## INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, muitos estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos no campo da estrutura agrária brasileira, fato que vem contribuindo para o aprofundamento dos conhecimentos da realidade do espaço agrário da região nordeste no Alto Sertão Paraibano. Neste contexto, a Geografia a cada dia apresenta novos modelos de pesquisas sobre o campo, em escala Federal, Estadual e Municipal.

O latifúndio e seus interesses estão presentes em nosso país desde o “descobrimento” do mesmo, seu desenvolvimento atrai conflitos pelo acesso e posse do espaço agrário em nosso território desde o período de descobrimento e exploração do território nacional ao longo dos séculos. É nesse contexto que se manifestam os conflitos, baseados no tripé da reforma agrária, entre os ex – proprietários, camponês e o Estado.

No Brasil, é a partir das lutas que ao longo dos anos, as entidades e os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na organização atual do espaço agrário dos camponeses. Os mais recentes no Alto Sertão Paraibano é a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). No decorrer desta pesquisa, faremos recortes de importantes conflitos, como: Contestado, Caldeirão dentre outros.

Sobre esta reflexão fizemos nossa análise sobre o desenvolvimento destes movimentos sociais no campo paraibano, levando uma abordagem com maior foco especificamente para o município de Bonito de Santa Fé – PB, realizando assim uma reflexão sobre uma breve análise histórica do processo de Reforma Agrária nesse município. Trata-se do Assentamento dos posseiros do açude público do Bartolomeu I que está localizado, aproximadamente a cinco quilômetros (5 Km) do centro da cidade de Bonito de Santa Fé – PB.

A partir de alguns questionamentos surgiu a inquietação para saber, como se constituiu o território de resistência camponesa no assentamento Bartolomeu I no município de Bonito de Santa Fé – PB. E tivemos como objetivo geral entender a gênese da luta pela Reforma Agrária dos posseiros do açude público de Bartolomeu I em Bonito de Santa Fé – PB.

E os objetivos específicos são: Realizar uma análise da luta dos camponeses: Para a conquista do espaço agrário; Mostrar as principais causas que estão ligadas aos processos de lutas da área; e Verificar a estrutura etária e sexual dos assentados que compõem a população economicamente ativa da área.

Nesse contexto, nos servimos de importantes autores da Geografia e de outras áreas do conhecimento, como: Alberti (2004); Di Lorenzo (2007); Fernandes (2001; 2005); Gil (2002);

Halbwachs (2006); Lakatos (2008); Le Goff (2003); Moreira (1997); Oliveira (2001); Oliveira (2013); Saquet (2006); Santos (2006); Thompson (1992) e, Viera (1993).

Os procedimentos usados nessa pesquisa foram: levantamento de dados, pesquisa de fontes bibliográficas e estudo de campo.

Quanto à estrutura do trabalho, definimos da seguinte forma: O primeiro capítulo refere-se a fundamentação teórica e metodológica sobre a resistência e a memória camponesa. O segundo capítulo definimos e descrevemos os procedimentos metodológicos da pesquisa. O terceiro capítulo, fizemos uma reflexão sobre memória e a história de resistência camponesa. O quarto capítulo apresentamos o Assentamento Bartolomeu I, dando destaque à conquista e aos desafios.

Sabe-se que a luta dos camponeses está associada à história do surgimento do latifúndio em nosso país. Refletimos assim, de modo geral, como este processo se desenvolveu e quais as principais formas que fazem com que essas terras tornem-se objeto de conflito. Os interesses que movem os grandes proprietários de terra, o Estado e os camponeses como os principais responsáveis pela geração dos conflitos de luta por um pedaço de chão para viver e trabalhar. A partir dessa luta, se iniciam as ações de rejeição do modo em que a agricultura vinha ou vem se desenvolvendo pelo país.

A resistência dos camponeses contra o latifúndio está presente também no Alto Sertão Paraibano. E conta com as iniciativas e apoio da CPT Sertão e do MST, que dão suporte aos camponeses e os ajudam a se fortalecer e a criar sua própria história no Estado.

A história individual e coletiva contada pelos camponeses assentados de Bartolomeu I está relacionada à luta pela construção do território. Foram esses sujeitos que fizeram acontecer o movimento de luta pela posse da terra no referido município. Nesse sentido, analisamos os relatos a partir da memória dos assentados que descrevem suas lembranças das lutas travadas. Com isso, ressaltamos a gênese da luta dos camponeses assentados na região do sertão paraibano. Além do apoio através de relatos da memória, usamos as figuras e narrativas dos assentados como suporte do desenvolvimento da pesquisa.

Diante do exposto, surgem as reflexões para entender como os camponeses assentados construíram sua história de resistência e persistência. Esta pesquisa aponta para a contribuição dos estudos sobre a história de luta, de resistência, da memória e da dinâmica do espaço agrário, construídos também pelos camponeses assentados posseiros do assentamento do Açude Público de Bartolomeu I no município de Bonito de Santa Fé, no Auto Sertão Paraibano.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA: RESISTÊNCIA E MEMÓRIA CAMPONESA

Durante o processo de colonização brasileira, iniciou-se uma luta desigual entre as diferentes classes sociais, com grande predomínio do latifúndio (proprietários donos do espaço agrário). Fato ocorrido mediante as primeiras ocupações territoriais do Brasil colonial, em que colonizadores portugueses avançavam sobre os territórios dos povos nativos.

Isso se repete nos dias atuais, mas com outros sujeitos, os camponeses que buscam mecanismos de luta, organizando-se nos movimentos sociais para enfrentar os grandes detentores/proprietários do espaço agrário (latifundiários). Os movimentos sociais por terra no Brasil se ampliaram e se reproduziram intensivamente em todas as regiões do país. Conforme Targino (2002 *apud* RODRIGUES *et. al.* 2009, p.04):

Os conflitos sociais no campo se iniciam já no século XVI, no período colonial, com a disputa pela terra entre colonizadores e indígenas. Destacam-se ainda nesse período os conflitos entre sesmeiros e posseiros, provocados, sobretudo, pelo crescimento da atividade canavieira, que levava os proprietários de engenho a expulsar os posseiros para expandir a área de plantio, e a disputa entre proprietários “resultante, muitas vezes, da superposição das áreas em sesmaria”.

Os conflitos de luta por terra sempre fizeram e fazem parte da história do país, trazendo consigo, a violência que repercute com um movimento oposto ao esperado pelo latifúndio. Em outras palavras, o aumento da violência faz também aumentar a luta pela posse da terra. A concentração desta provoca a expulsão dos camponeses explorados e vítimas da violência, que se aglomeram com mais forças para resistir e lutar pela terra. Conforme Rodrigues *et. al.*, (2009, p. 4):

No período do império, destacam-se alguns conflitos que direta ou indiretamente questionavam a forma de distribuição da terra no Brasil, a exemplo da Cabanagem e da Balaiada. Já na República, desencadearam-se movimentos de caráter messiânico, como Canudos, Contestado e Caldeirão. Todos esses enfrentamentos representam a resistência dos camponeses, a luta por uma forma alternativa de organização social, baseada no trabalho agrícola e na posse coletiva da terra. Gritos contra a violência e a injustiça cometida contra os pobres do campo.

A luta dos camponeses enquanto tratada com modos ou medidas paliativas, não serão solucionados, conseqüentemente irá ser prorrogado o processo de reforma agrária no país. Isso é enfatizado por Oliveira (2001, p.04) quando afirma que:

Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terá condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra.

Nesse sentido, a migração do camponês brasileiro se configura como uma das principais características dessa população, que foram inseridos no campo ao seu modo movendo-se pelo país, vivendo na aventura, em uma organização de retirantes que reivindicam direitos sobre o espaço agrário nacional.

A pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra levou alguns proprietários a não mais ceder suas terras a camponeses, parceiros e/ou arrendatários, permanecendo o processo de concentração fundiária que passa a contribuir com a dinâmica migratória do camponês do campo para a cidade, onde representam a força de trabalho familiar sem vínculos empregatício ou que sejam de fato assalariados. Essa mudança vem se construindo na sociedade ao seu modo.

Nessa perspectiva, de luta pela terra e pela construção de seu espaço na sociedade, os camponeses são responsáveis por uma boa parte dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras, das diferentes classes sociais do país. A produção dos camponeses atinge um patamar considerado na sociedade, e por isso, travam diversas formas de luta pela conquista da terra, como destaca Oliveira (2001, p.05):

Os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas.

A concretização da luta pela posse de uma fatia de terra para o desenvolvimento de uma vida digna se dá em um determinado território, que forma o espaço geográfico, a partir das relações sociais. Fernandes (2005, p.04) entende isso, como “uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. É um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços”.

A abordagem territorial corresponde a uma forma de estudo e atuação. O território corresponde a uma fração do espaço geográfico, onde são desenvolvidas atividades, bem como às ações desempenhadas pelos camponeses associadas às atividades cotidianas desenvolvidas no lugar de luta pela terra. Sobre as diferentes formas de compreensão do

território que variam de pesquisador para pesquisador, um pode abordar questões conservadoras ou mais crítica de acordo com o método filosófico ou crítico, como é destacado por Saquet (2006, p. 03) que interpreta:

O território, como resultado do processo de territorialização. Ou seja, o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico

Os camponeses sempre lutaram para entrar e permanecer na terra em todos os períodos da história da luta contra a opressão e pela liberdade. Estes vão se organizando de diversas formas, traçando metas e objetivos a serem conquistados, representando uma lição admirável para toda a sociedade.

A questão agrária faz parte dessa luta a partir das ocupações de terra visto como forma de luta que podemos compreender como espaço de luta, resistência e memória camponesa. Obviamente, a Reforma Agrária é uma política pública capaz de resolver o problema, porém, nunca é de fato praticada efetivamente, permanecendo apenas na separação da paisagem entre a produção camponesa e a produção do agronegócio (produção capitalista).

O capitalismo se desenvolve optando principalmente para o trabalho assalariado que se desenvolve de forma contrária à produção dos assentados. Para Oliveira (2001, p. 01), “o camponês não é um sujeito de fora do capitalismo, mas um sujeito social dentro dele”. Dentro do espaço geográfico, que luta para conquistar seu território no espaço.

O espaço agrário do camponês e o do agronegócio é organizado de forma diferente, Segundo Fernandes (2005b, p. 3):

O agronegócio organiza o seu território para a produção de mercadorias, dando ênfase a esta dimensão territorial, o campesinato organiza o seu território para realização de sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões territoriais. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas diferentes formas de organizações de seus territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura é caracterizada pela pouca presença de gente no território, porque sua área está ocupada pela mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a marca do território do agronegócio. A diversidade de elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela maior presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço



que elas constroem suas existências e produzem alimentos. Gente, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem do território camponês.

Conforme Santos (2006, p. 66), “a paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas, mais a vida que as anima”. A configuração da paisagem se dá através do emaranhado de objetos concretos, abstratos e históricos, é uma porção do território que vai além do visível. Já o espaço, é uma construção presente, uma situação impar, é a sociedade e a paisagem com as lutas e os movimentos que constituem o cotidiano da práxis dos múltiplos olhares sobre o espaço.

Veja algumas imagens da paisagem explorada pelos camponeses.

#### **Imagens 01 e 02 - Ferramentas de trabalho dos camponeses**



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2015.

#### **Imagens 03 e 04 - Matéria orgânica utilizada como fertilizante e o coentro nas primeiras semanas**



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2015.

**Imagens 05 e 06 - Procedimentos realizados durante o período de produção de alface recém-mudado para o canteiro**



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2015.

**Imagens 07 e 08 - Alface após semanas e Produção de Banana.**



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2015.

**Imagens 09 e 10 - Produção de mandioca, coco e mamão.**



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2015.

**Imagens 11 e 12 - Redes de pesca e criação de aves.**



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2015.

A luta pela terra é um movimento ascendente que sempre esteve presente e cresceu com a organização política dos camponeses a partir da década de 1950, Rodrigues, Silva e Moreira (2009) destacam que esse movimento foi:

Desencadeado inicialmente no estado do Pernambuco, o movimento irradiou-se com rapidez pelos outros estados do país, tendo sido mais expressivo nos estados da Paraíba e Goiás. Como todos os outros movimentos camponeses, as ligas foram fortemente combatidas com violência e repressão, marcando mais uma vez a história da luta camponesa com o sangue de seus protagonistas pela fúria do latifúndio. Com a ampliação das Ligas camponesas, a luta pela terra nasce com o latifúndio por que a luta pela terra é representada pela a luta dos trabalhadores rurais os menos favorecidos economicamente.

Portanto, o objetivo dos camponeses de conquistar a terra jamais foi abandonado, como enfatiza Fernandes (2001, p. 01) quando afirma que:

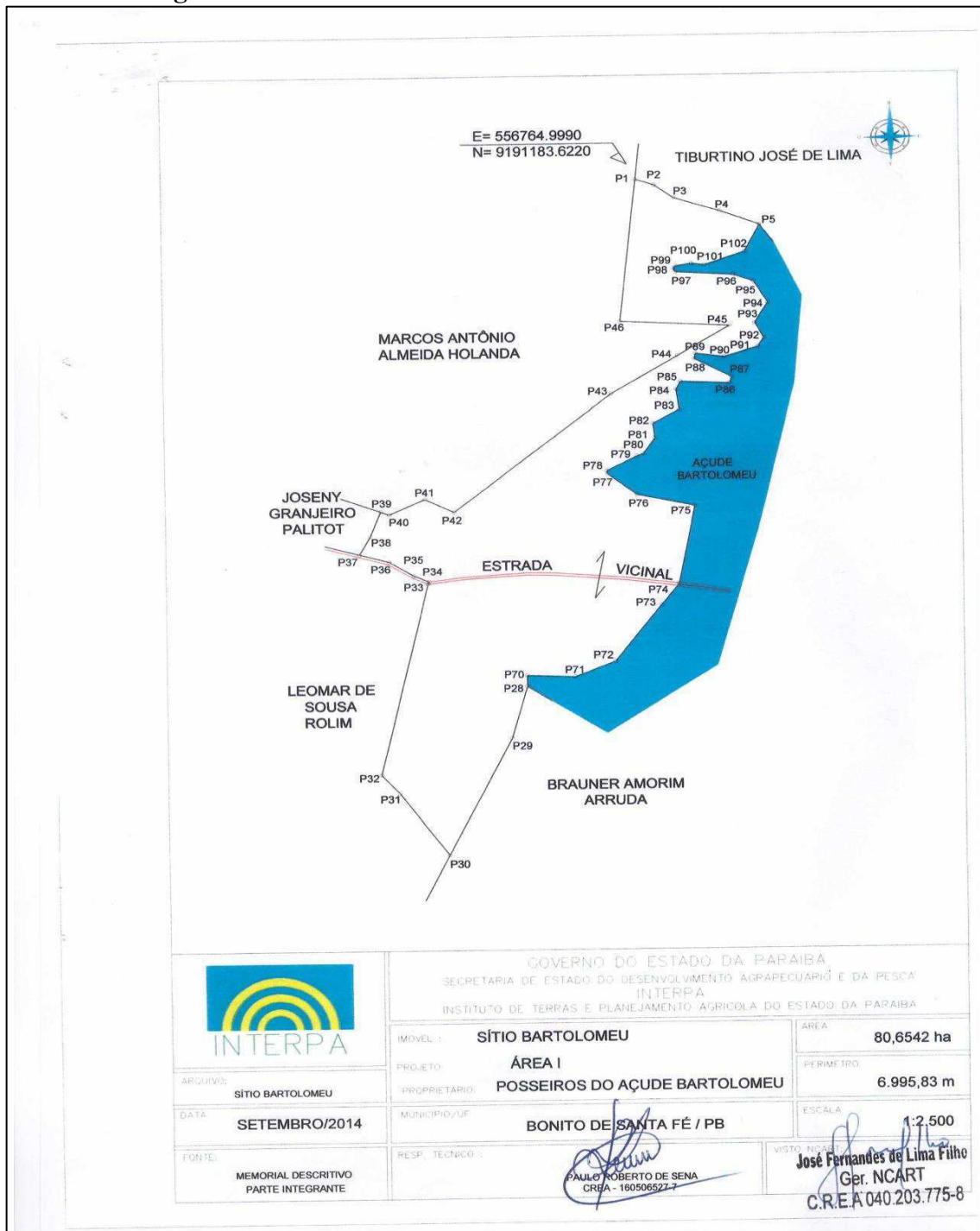
Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. Agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária.

Os movimentos sociais foram se fortalecendo e ganhando espaço nas lutas em apoio aos menos favorecidos, como entendido por Gonh (2000, p.251-252 *apud* Silva 2014, p. 13) faz referência quando destaca que:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um novo campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados.

No Alto Sertão da Paraíba, onde também a riqueza se concentra nas mãos de poucos, os conflitos pela posse de terra começam a se intensificar em meados da década de 1980, sendo que a maioria dos conflitos germinou em áreas públicas nas proximidades de reservatórios hídricos, construídos através de projetos governamentais, tendo como objetivo principal, amenizar o problema hídrico do semiárido nordestino. Problema que afeta diretamente toda a população da região, principalmente os camponeses, que em alguns casos, vivem em condições desumanas por várias consequências. (Ver anexos).

**Imagem 13 – Planta da área lote I do Assentamento Bartolomeu I.**



**Fonte:** Associação dos posseiros de Bartolomeu I, 2015.

De acordo com Oliveira (2013, p. 61):

No final da década de 1970 e início de 1980, foi altamente positivo tanto do ponto de vista cultural, como das experiências políticas sociais. Ocorreu neste período o surgimento de inúmeros movimentos sociais, tanto na cidade quanto no campo, em todo o território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas. Esses movimentos revelam a indagação de sujeitos com as vozes sufocadas nas décadas anteriores. Na efervescência

da década de 1980, a questão agrária brasileira é marcada pela realização do Primeiro Encontro Nacional da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), em 1992 no estado de Goiás. A partir daí, o movimento organizado pela democratização do acesso a terra dissemina-se pelo país.

No contexto da questão agrária, o investimento do Estado no campo do Sertão paraibano foi adicionado na construção de obras como açudes e barragens destinados à utilidade pública, mas essa medida não passou de uma meta paliativa. O Estado arrecadou terra por meio de indenização paga aos proprietários para realização dos investimentos, mas devido à falta de interesse do Estado em demarcar suas áreas, elas se mantinham sob posse de grupos de privilegiados, bem como, de ex-proprietários, mantenedores de uma estrutura agrária “intocável”, de não aproveitamento dos recursos naturais em benefício dos camponeses que necessitam de terra para garantir sua sobrevivência e de sua família.

**Imagem 14 - planta da área lote II do assentamento Bartolomeu I.**



**Fonte:** Associação dos posseiros de Bartolomeu I, 2015.

Segundo Oliveira (2013 p, 63):

A luta no Sertão começou com grupos oriundos da igreja católica, principalmente. Nesse período vai se criando de forma lenta e gradual o processo de capacitação das famílias a partir dos cursos bíblicos. Isso fortaleceu muito a luta, pois fazia-se com as famílias uma comparação de sua situação com as histórias dos povos presentes na Bíblia, e a partir daí eram feitas as discursões sobre a luta pela terra.

Em meio à injustiça de uma estrutura agrária fragilizada e vigente no Estado, muitos camponeses foram expulsos de seus locais de trabalho pelos proprietários, e de onde residiam passando a migrar para a franja urbana das cidades, ficando à margem da sociedade. Os proprietários, no entanto, continuam mantendo sua produção e criação destinada principalmente para o comércio, aumentando o seu poder e ocupando áreas públicas.

Sem poder usufruir de um “pedaço de terra”, os camponeses começam a se organizar para lutar pelo seu objetivo de conquista a terra, por meio da ocupação, para construir e produzir livremente o essencial para sua subsistência. Para Fernandes (2001, p. 01):

A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas.

A migração do camponês com a intensão de chegar à terra livre está marcada na história do campesinato brasileiro, enfrentando as mais variadas formas de luta e resistência para livrar-se dos cercos da opressão dos latifundiários, que além de dominarem as terras, tentam dominar a vida dos camponeses, vistos como ameaça aos proprietários que em sua ótica, são seus inimigos de guerra.

A luta dos camponeses pela Reforma Agrária atualmente tem-se intensificado por meio das ocupações massivas, realizadas pelos movimentos sociais e principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, desde o final da década de 1970 e início de 1980 tem se fortalecido na luta pela terra e pela Reforma Agrária, com o objetivo de construir um país democrático. Conforme aponta Caldart (2001, p.01):

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente

na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

A luta pela liberdade do espaço agrário do Brasil vem sendo aos poucos conquistada através do MST com apoio de outros movimentos sociais, bem como, os movimentos de luta e resistência de Contestado e Caldeirão na busca de dignidade humana a ser construída para inúmeros camponeses em diversos lugares do país, lutando contra o latifúndio. Cada área conquistada torna lugar de vida e trabalho para as famílias trabalharem, produzirem alimentos e fixarem-se em uma determinada porção de terra.

**Imagem 15 – Planta da área lote III.**

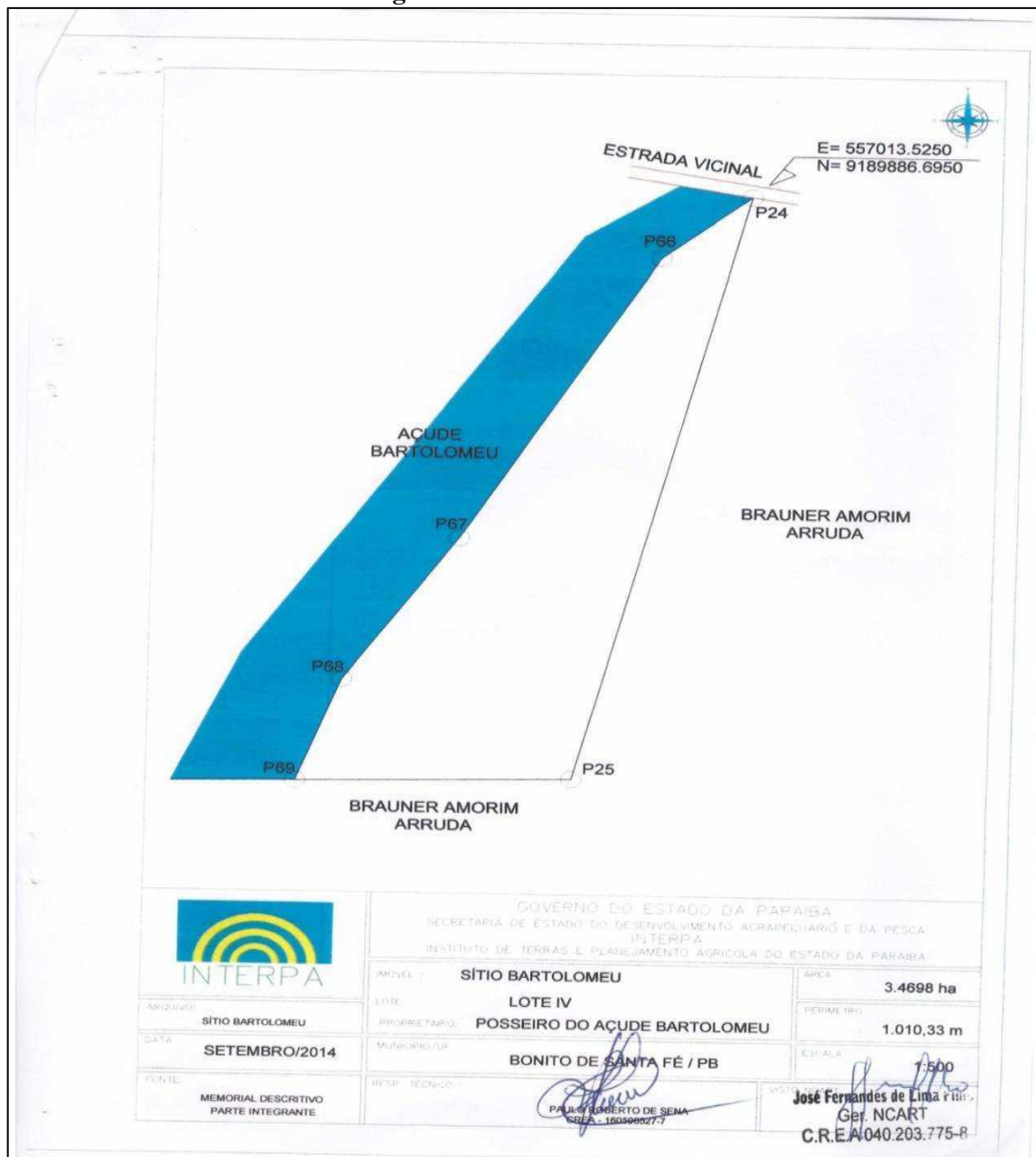


**Fonte:** Associação dos posseiros de Bartolomeu I, 2015.



A luta representa uma conquista coletiva, muitos, no entanto, não tem o direito de usufruir da conquista, alguns desistem no meio do caminho e outros o trágico destino da violência tiram-lhes a vida no cotidiano ou em massacres mundialmente divulgados pela mídia como citados anteriormente.

**Imagem 16 - Planta área lote IV.**



**Fonte:** Associação dos posseiros de Bartolomeu I, 2015.

A injustiça predomina no espaço agrário nacional ao longo desses séculos, a luta pela terra e a Reforma Agrária deveria ser encarada pelos nossos representantes governamentais como uma das principais políticas do século XXI, essa luta não deve ser enfrentada como uma luta do passado, pois, esta é uma luta do presente e de um futuro a se construir.

## 1.1. Categorias de Análise

Nas categorias de análises, abordamos as questões relacionadas com o Espaço Agrário, Território Camponês, e Os camponeses: Definição dos Sujeitos.

### 1.1.1. O Espaço Agrário

O espaço agrário é fruto da ação diversificada do homem sobre a natureza. É um espaço de posse e domínio de um determinado lugar do espaço geográfico, lugar onde se tira o essencial à sobrevivência a partir do cultivo da terra para a produção de alimentos.

**Imagens – 17 e 18. Acompanhamento técnico no início do assentamento.**



Fonte: Arquivo CPT / Sertão, Cajazeiras - PB 1989.

O espaço agrário da produção camponesa está em processo evolutivo, com o aumento dos avanços tecnológicos, abrindo novos rumos para se produzir, com a introdução de equipamentos antes usados apenas nos espaços produtivos do agronegócio, possibilitando uma maior dinâmica produtiva no espaço agrário.

Atualmente, a Reforma Agrária (medida de transformação da estrutura fundiária de um determinado lugar do espaço), vem sendo praticada a passos lentos, porque diversifica o domínio de posse e do uso da terra, com o objetivo de atender os princípios sociais básicos dos camponeses sem terra.

Nesse sentido, a reforma do espaço agrário tem como objetivos gerais, diminuir os conflitos por terra, o êxodo rural, aumentar a produção de alimentos, amenizar os problemas sociais (rural e urbano), combater o grave problema da miséria que afeta a população e acabar com as cobranças do foro, que acaba gerando conflitos no campo entre camponeses e proprietários.

No território camponês, as relações de trabalho são bastante diversificadas, começando pelo trabalho familiar com a utilização da mão de obra familiar nas pequenas e médias propriedades. O trabalho temporário é caracterizado pela mão de obra de trabalhadores diaristas sem vínculos de trabalho empregatício. Em contrapartida, no território do agronegócio a mão de obra é predominantemente assalariada com trabalhadores com carteira assinada. A parceria e o arrendamento também fazem parte desta estrutura, onde os trabalhadores alugam terras para produzir alimentos ou para produção pecuária extensiva.

Durante seu processo evolutivo, o espaço agrário é marcado pela adoção de novas tecnologias nas décadas de 1960 e 1970, como a Revolução Verde que tinha como objetivo a acumulação capitalista e não o combate à miséria. Passaram a usar fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes selecionadas, para aumentar a produtividade agrícola que, porém, essa ação gerou gravíssimas agressões ao meio ambiente.

O espaço agrário é movido por dois sistemas de produção agrícola, o sistema extensivo, que corresponde a uma agricultura tradicional e familiar com técnicas rudimentar e na maioria dos casos com baixos índices de produtividade e alto nível de exploração do solo, e o sistema intensivo, que utiliza técnicas modernas para preparo do solo, cultivo e colheita, com alto índice produtivo resultante do uso de técnicas avançadas e mais tempo de uso do solo.

Nesse sentido, o espaço agrário, como espaço de exploração, carrega consigo dois horizontes diferentes, um que gera riquezas para os patrões e o outro que gera a miséria para o camponês.

Parte da sociedade juntamente com os movimentos sociais vem lutando a partir da criação de políticas públicas e direitos sociais básicos, para que seja assegurado o direito a transformar o espaço agrário de exploração num espaço democrático com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento rural do camponês, evitando assim o êxodo rural, dentre outras coisas.

Para Moreira (1997, p. 19) o espaço agrário paraibano é constituído em:

[...] um espaço de exploração. As articulações entre as variáveis econômicas sociais, políticas e culturais tecem um “ambiente de vida” gravoso a sociedade da classe trabalhadora. A sua estruturação e a sua organização, subordinadas inicialmente aos interesses do capital mercantil metropolitano e, mais recentemente, aos ditames de valorização do capital industrial e financeiro, não tem como finalidade o atendimento das necessidades básicas da maioria da população.

Então, as condições de vida dos camponeses estão vinculadas ao modo da estruturação e da organização do espaço agrário, com culturas diferentes e características de cada lugar. Refletir sobre o espaço agrário de exploração é sentir-se roubado literalmente. É você trabalhar diariamente e no fim do mês ter que repassar para seu patrão de 30 a 40% do seu salário, dependendo do acordo verbal ajustado entre empregador e empregado.

Segundo Moreira (1997, p. 25):

O espaço agrário paraibano não constitui uma realidade homogênea, dada e acabada, mas um produto heterogêneo da ação diversificada do homem sobre a natureza. Ação esta condicionada pelo modo de organizar a produção de bens e serviços pelas articulações sócio-políticas e culturais essenciais à sua sobrevivência.

Com a necessidade de espaço para produzir alimentos na agricultura extensiva, as tribos que viviam na Paraíba às margens dos rios, tinham liberdade para escolher o local adequado. Com a chegada dos europeus, sobretudo dos portugueses, ao nosso território, foi dominado o espaço e, por vez, seus habitantes, os índios. Estes passaram a prestar serviços e foram perdendo espaço. O problema, entretanto, começa a eclodir quando os índios deixaram de ter domínio sobre o espaço agrário. Diante disso, iniciam-se os primeiros conflitos de luta pela posse da terra na Paraíba.

De acordo com os estudos de Moreira (2009), diante desta reação, se configuram três tipos diferentes de índios assim compreendidos, os aliados, os escravos e os inimigos. Tal configuração gerou violência e até o genocídio dos nativos vítimas dos colonizadores exterminadores de índios que ao longo do processo, deixaram “marcas de sangue” dos nativos guerreiros resistentes que pagaram com suas vidas guerrilhando em uma batalha injusta do litoral ao interior do Estado.

Ainda hoje, estão presentes na sociedade a divergência entre capitalistas e camponeses que lutam por um pedaço de chão para sobreviver livres sem exploração e humilhação de patrões “donos” do espaço agrário.

A conquista do espaço paraibano foi motivada pela ocupação efetiva e a implantação de um sistema de exploração colonial, para atender o interesse da metrópole colonizadora. De acordo com Fernandes (1992), a conformação inicial do espaço agrário paraibano foi por tanto “marcada pela articulação da metrópole portuguesa, a qual define o sentido e a direção do processo de ocupação e povoamento”.

Segundo Moreira (1997) A ocupação se iniciou de Leste para Oeste, no litoral com a cana de açúcar, e no sertão (interior), com a produção alimentícia e pela pecuária extensiva.

Em meados do século XVII, com a retração da produção de açúcar, cresceu o processo migratório de trabalhadores rurais do litoral para o agreste, devido à grande oferta de mão de obra que havia no agreste.

Nessa perspectiva, o espaço agrário paraibano usou a mão-de-obra de escravos no seu desenvolvimento. Com o número de escravos insuficiente para atender às necessidades dos senhores de engenho e sem poder comprar mão-de-obra suficiente, os senhores produtores/latifundiários passam a facilitar a entrada de camponeses nas suas terras que passou a substituir o trabalho dos escravos.

O sistema de morador se consolidou e é a forma de trabalho dominante no território paraibano, do litoral ao sertão nas pequenas, médias e grandes propriedades produtivas. Para Moreira (1997, p.53), “a pequena produção e a pequena propriedade camponesa teriam nascido, assim, nos interstícios da grande propriedade monocultora, ou seja, nas “brechas” do sistema canavieiro e a ela subordinada”. Tal produção se organizou até a segunda metade do século XX, a partir da combinação do trinômio, gado, algodão e policultura.

Como a produção do semiárido se consolidou no tripé gado, algodão e culturas alimentares fragilizadas, devido à escassez hídrica, isso fez com que a população passasse a sofrer com a baixa produção alimentícia, aumentando os bolsões de fome e miséria nos sertões nordestinos. Desse modo, o litoral especializou se na produção do açúcar, a lavoura agrícola e a pecuária passaram a ser produzidas no agreste e sertão.

Os moradores viviam em condições precárias. Eram submetidos a trabalhos em regime de semiescravidão e recebiam um valor muito abaixo da valia da função que exerciam. As casas dos moradores eram de “taipa” (pau a pique), de chão-batido e cobertas com palhas (palhas de coco catolé). As casas eram espalhadas pela propriedade para garantir a vigilância da mesma sem custos para os donos das fazendas.

Conforme Moreira (1997) O espaço agrário paraibano do Litoral predominava a monocultura da cana-de-açúcar, no Brejo a cana-de-açúcar caracterizava a paisagem com produção da policultura comercial e da produção de subsistência. O Sertão semiárido, a policultura de subsistência e a pecuária extensiva determinam as características da paisagem e da organização do espaço agrário mesoregional da Paraíba.

### 1.1.2. Território Camponês

A experiência de vida no espaço agrário e a oportunidade de desenvolver a pesquisa no assentamento dentro do território camponês se traduzem numa prática que a academia,

muitas vezes, não nos estimula a realizar, seja pela ausência de recursos disponíveis à pesquisa, seja pela proposta de trabalho adotada em alguns casos apenas praticando a pesquisa teórica de gabinete.

Para a compreensão do território camponês é necessário refletir sobre os conceitos de território e territorialidade, associados à expropriação camponesa em sua trajetória de luta diante todos os tipos de exploração de sua história. Assim sendo, a desterritorialização da área paga pelo Estado para construção do açude provocou a luta pela territorialização camponesa. Depois de muita luta, a construção do assentamento aponta para mudanças que vinham ocorrendo através do processo de luta pela terra, desenvolvido pelos Sem Terra na luta pela dignidade e permanência no campo.

Ao serem expropriados diversas vezes, os Posseiros do Assentamento Açude Público de Bartolomeu I, não se entregaram às ameaças dos ex-proprietários e nem ao conformismo. Neste sentido, reconheceram o caráter de resistência do camponês, principalmente o da Região Nordeste, que resiste e trabalha na terra, enfrentando a cerca do fazendeiro e as irregularidades climáticas da natureza.

Os camponeses buscam a terra para morar e trabalhar, mas enfrentam vários problemas para conseguir esse direito, passando pelo processo de desterritorialização, com o objetivo de territorializar-se em um determinado território conquistado, bem como o território camponês do assentamento Bartolomeu I.

Para Marx (1984 *apud* DI LORENZO, 2007)

Os camponeses não pertencem diretamente aos meios de produção, nem os meios de produção lhes pertencem, porque quando o camponês é expulso da terra ele se distanciado dos meios de produção, e mesmo assim produtos são produzidos por outros camponeses no modo de produção capitalista ou de subsistência.

Conforme abordado por Di Lorenzo (2007), a discussão do território camponês, assim se constrói a partir da questão agrária que,

[...] move esses trabalhadores na luta por terra remete à leitura feita por diversos autores quando discutem o território e os vários movimentos que atingem os movimentos sociais, seja na apropriação desses, seja sua expropriação que os atinge, que se traduz nos movimentos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização.

A luta do camponês sem terra tem como objetivo principal a conquista da terra e as lutas contra os latifundiários são constantes. Eles contam com o apoio dos movimentos sociais

que lutam por políticas públicas em favor dos menos favorecidos economicamente que às vezes conseguem territorializar-se e construir o seu território, após os mesmos terem sido desterritorializados.

A reterritorialização do território camponês para Di Lorenzo (2007) é como um movimento de construção do território e a desterritorialização é representado pelo movimento de abandono do território. O camponês ao conseguir desapropriar o latifundiário surge a sua reterritorialização, consciente do envolvimento da ação social que vai está presente no seu novo ambiente e na sua vida social cotidiana.

O território camponês do Assentamento Possesores do Açude Público de Bartolomeu I compõe o processo de territorialização a partir da luta e resistência dos posseiros contra o domínio do latifúndio, desde as barracas do acampamento até chegar ao assentamento, ambos compreendidos e representando diferentes formas que territorializa o camponês. Mesmo o acampamento representando um território temporal/transitório, esse envolve muitas ações para enfrentar os “dragões” da sociedade. Com o apoio das instituições e dos movimentos sociais, esse processo é, sem dúvida, um movimento de luta e de resistência contra o Estado e contra proprietários de terras improdutivas. O camponês ocupa e produz, mesmo diante das injustiças sociais e sendo vítima da violência no campo, que representa uma afronta ao movimento de luta pela terra.

Durante esse processo de ocupação da área, ocorreram atos de violência que causam intimidações, entre camponeses e capangas, que tentaram reprimi-los de forma maciça, utilizando-se inclusive armas de fogo. Constatou-se também, formas de violência por parte da polícia, cumprindo as diligências solicitadas pelos proprietários com a intenção de obrigar os camponeses a desistir da luta pela terra, que mesmo diante desses atos resistiram contra o poder opressor.

Durante o processo de luta pela terra do território camponês de Bartolomeu I, aconteceram cinco despejos, todavia, isso não os impediu de continuar lutando, caracterizando a resistência, das famílias camponesas participantes do conflito, sendo apoiados apenas pelas CPT (Comissão Pastoral da Terra) do Sertão Paraibano.

Para Di Lorenzo (2007):

Compreendemos o território a partir de suas dimensões e relações sociais que nele se dão, considerando, portanto, sua historicidade, na qual vemos sob uma ótica mais restrita, que representa seu contexto histórico-social, o território conquistado na luta pela terra contra o modo de produção vigente. Consideramos também que esse território não se constrói isolado, ele se conecta inteiramente com seu meio externo não se fechando em si.

É importante compreendermos que as relações e interesse dos assentados não é homogênea, é um mundo distinto entre os próprios camponeses que vai desde o modo de atender para as questões do meio ambiente, até o estilo de vida em comunidade. Observa-se também, diferentes condições econômicas de cada família, em relação à moradia e também aos meios de transportes que variam.

Cada assentado tem a sua casa em sua parcela e a possibilidade de cuidar de modo particular sem interferência dos outros. Não é permitido ao assentado o direito de venda do lote, ato proibido por lei eles podem plantar criar deliberadamente. Abaixo vemos a planta da área do assentamento.

De modo particular, a produção, a organização e a comercialização dos produtos produzidos no assentamento não se têm um destino fixo, na maioria das áreas a produção agrícola, agropecuária e a pesca, são vendidas a atravessadores. Os camponeses colidem com os poderes públicos para que seus direitos sejam assegurados já que teoricamente são constitucionalmente garantidos. De acordo com Stédile (2004, *apud* DI LORENZO 2007) esses direitos são cumpridos “mesmo que de forma precária”.

Com essa precarização, os camponeses quando não conseguem os objetivos no campo, se dirigem a pontos estratégicos nos centros urbanos e acampam nas sedes de prédios públicos, como ocorreu no INTERPA (Instituto de Terras do Estado da Paraíba) e no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) quando os camponeses de Bartolomeu I acamparam para pedir a demarcação das terras destinadas ao atual assentamento. Parte da sociedade posiciona-se contra esses movimentos de luta pela terra para a consolidação do território de conquista.

### 1.1.3. Os Camponeses: Definição dos Sujeitos

Os camponeses são produtores da agricultura familiar, Fernandes (2001), afirma que os teóricos da agricultura familiar defendem que:

Que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal.



Preocupado com esta realidade, concordando ou não com a homogeneização das relações de trabalho do camponês voltado para a produção capitalista, Oliveira (2007) afirma que este processo ocorre por dois caminhos:

Os jovens do século XXI não têm sua raiz fincada no padrão da agricultura familiar no modelo de broca, a cena mais vista aqui no alto sertão paraibano de modo geral não apenas em assentamentos, é a preocupação dos jovens do sexo masculino de chegar aos 18 anos de idade e migrarem para os grandes centros urbanos, por exemplo, o sudeste, para trabalhar como assalariados, labutando nas usinas de cana-de-açúcar e na colheita da laranja.

Esses jovens começam a estudar, mas quando esta atividade torna-se uma prática cansativa sem um retorno financeiro a curto- prazo, estes abandonam os estudos e migram para os grandes centros com o desejo de encontrar uma saída para as crises financeiras da região. Aproximadamente duas décadas passadas, a oferta de trabalho era baixa, e apresentava grande procura os camponeses no fim de semana saíam de suas casas para a casa de um gerente de fazenda a procura de trabalho, mesmo os fazendeiros pagando uma migalha pelo trabalho prestado, a mão de obra era muito barata. Nos dias atuais essa situação inverteu-se, no entanto, os jovens estão se afastando dessas práticas agrícolas tradicionais. Atualmente este celeiro de mão de obra barata está em crise, passando por uma transição, onde o produtor passa a ir ao encontro dos camponeses a procura dos serviços de mão-de-obra um pouco mais valorizada.

Na atualidade, o camponês é mais informado socialmente e não se esforça como antes, resultante em alguns casos da pouca produtividade. Como a nossa região especificamente em Bonito de Santa Fé, alto Sertão paraibano, não tem trabalho suficiente para empregar toda essa mão de obra, a única opção que os resta é migrar para outras regiões do país, por que lá eles tornaram assalariados já saem de sua região com contratos assinados para prestar serviços nas usinas de cana-de-açúcar e outros acabam ficando endividados com os empréstimos que pegam com os bancos para tocar a produção agrícola ou agropecuária.

Cabe-nos também refletir sobre os sujeitos que migram para outras regiões em busca de melhorias, do ponto de vista econômico, pois eles têm trabalho garantido por aproximadamente 6 a 8 meses, ganham de acordo com a produção diária. De certo modo, os indivíduos na jornada de trabalho, levam o seu corpo ao extremo, alguns perdem a vida, outros conseguem melhorar um pouco sua situação econômica e assim se desenvolve este processo de luta.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1. A Construção dos Procedimentos Metodológicos: o método e seus objetivos**

Essa pesquisa é classificada, com base nos níveis de pesquisa apontados por GIL (2002, p; 41), com três níveis ou grandes grupos de pesquisas: “as exploratórias, as descritivas e as explicativas”.

Com a pesquisa exploratória, foi realizada uma aproximação teórica estudando a respeito do assentamento de reforma agrária do alto sertão paraibano, por meio de levantamento bibliográfico. Consideramos que a partir daí foi possível conhecer os sujeitos e o lugar do recorte espacial, através da coleta de informações e entrevistas semiestruturadas.

E com a pesquisa descritiva definimos a localização da área, e buscamos compreender o processo de luta pela terra desenvolvida pelos posseiros, e analisamos a configuração do assentamento de forma quantitativa. Assim com a pesquisa exploratória, estudamos a relação dos assentados com o espaço agrário no município de Bonito de Santa Fé – PB.

E, portanto, chegamos ao materialismo histórico e dialético que é uma forma de pesquisa descrita por Lakatos (2007) como: “um dialogo dentro do dialogo” entre outros procedimentos descritos adiante presente nesta pesquisa.

A pesquisa exploratória tem como finalidade apresentar maiores informações sobre determinado assunto. É usada para facilitar a delimitação de um tema de trabalho. Frequentemente representa o ponto de partida para uma investigação mais ampla. Tem como objetivo proporcionar uma visão geral, do tipo aproximado, acerca de determinado fato histórico ou do presente.

A pesquisa exploratória é usada principalmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil a formulação de hipóteses. É um nível de pesquisa flexível que abre caminhos para o pesquisador considerar vários aspectos relacionados ao tema pesquisado.

Passando para o sentido do estudo de caso, por ser uma modalidade de pesquisa de maior complexidade, o nosso trabalho está voltado para as técnicas básicas de pesquisa de levantamentos de dados, mas não necessariamente apenas uma técnica, outras corroboram na estruturação do processo de análise do estudo. Nessa perspectiva, Gil (2002, p; 140), destaca que:

O processo de coleta de dados no estudo de caso é mais complexo que o de outras modalidades de pesquisa. Isso porque na maioria das pesquisas

utiliza-se uma técnica básica para a obtenção de dados, embora outras técnicas possam ser utilizadas de forma complementar. Já no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica. Isso constitui um princípio básico que não pode ser descartado. Obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos. Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos. Dessa maneira é que se torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador.

Conforme Gil (2002) a pesquisa exploratória permite definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa mais ampla, descobrir novos enfoques para o tema, avaliar a possibilidade de se desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado tema.

As pesquisas descritivas têm como foco central a descrição das características de determinada população ou fenômenos, e estabelece as relações entre as variáveis. Com este nível de pesquisa, são realizados muitos trabalhos, suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de levantamentos de dados, a partir de questionários e das observações atentas dos pesquisadores. Ainda de acordo com Gil (2002, p; 42):

Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo, as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Portanto, a junção das pesquisas descritivas e explicativas desses níveis de pesquisa são as mais usadas pelos professores e alunos das ciências sociais preocupados com a atuação prática. Sobre o nível de pesquisas explicativas, Gil (2002, p; 43) enfatiza que:

Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Isso não significa, porém, que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possa obter explicações científicas. Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

Portanto, todos os níveis de classificação das pesquisas com base em seus objetivos, são de suma importância para articular, estruturar, complementar e para a conclusão de um

trabalho de acordo com a necessidade de cada tema pesquisado e o nível de pesquisa exploratória nas ciências sociais onde está inserido principalmente ao método observacional.

### 2.1.1. Método de Abordagem: Materialismo Histórico e Dialético

Lakatos (2008, p.81) nos diz que “na Grécia Antiga, dialético significava diálogo e dentro do dialogo surge uma argumentação que fazia clara distinção dos conceitos envolvidos na discussão”. Este método foi deixado de lado por algum tempo, ressurgindo no século XVI e XVIII, com a perspectiva de que no universo nada está isolado, tudo está em movimento e em mudança, e tudo depende de tudo.

Segundo Lakatos (2008):

O materialismo histórico e dialético é a lógica do conflito, do movimento e da vida. É uma construção de práxis, coerente que procura interpretar o motivo real dos acontecimentos em sua totalidade. A dialética, em seu processo de geminação, passou por diferentes fases, como: da sucessão (Heráclito); da coexistência (Aristóteles), contraditória a primeira; as duas formaram a dialética-histórica-idealista (Hegel) de forma idealista e; a dialética materialista (Marx e Engels), dando importância à matéria por que a reflexão e o universo estão em mudanças e não são as mudanças das ideias que determinam as coisas. De acordo com o enfatizado por Politzer (1979, p.195 *apud* LAKATOS 2008, p. 83) “são, pelo contrário, estas que nos dão aquelas, e as ideias modificam se porque as coisas se modificam”.

Para quem trabalha com o materialismo histórico e dialético, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos e sim em movimento. Nada está acabado. Está sempre se modificando, desenvolvendo, sendo reduzido ou ampliado. É sempre apoiar no princípio que o fim de um processo é sempre o início de outro (s). Isso porque nada está isolado, tudo está unido, como natureza e sociedade. Ambas são compostas por objetos e fenômenos ligados entre si. Dependem um do outro ao mesmo tempo. Enfim, nada no mundo não nos é indiferente, está tudo interligado.

No materialismo histórico e dialético, nenhum fenômeno natural ou social pode ser compreendido isoladamente, e sim se houver um contra senso que o considere fora das condições que rodeia. Uma característica do desenvolvimento do materialismo histórico e dialético é que prossegue por meio da negação dupla a partir do ponto inicial a um ponto elevado que pode ser qualitativo e quantitativo, pois expressa que tudo tem uma história. Com isso posto, entendemos que a dialética é um movimento que possui auto dinamismo. Desse modo, todos os aspectos da realidade natural e social estão atrelados por laços necessários e recíprocos.

Considerando o exposto, adicionamos algumas colocações pertinentes sobre o materialismo histórico e dialético. Para Japiassu et. al. (1990, *apud* SPOSITO 2004, p. 39), o materialismo histórico e dialético é o que “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradições, para chegar então à verdade, fruto da razão”.

A reflexão elaborada e praticada vai confrontar com um novo pensamento, criando um conflito entre duas reflexões, de onde germina o materialismo histórico e dialético. Isso porque uma posição ou afirmação objetiva atrai uma negação. Então, da afirmação e da sua negação nasce uma nova posição, que vai além do conflito das duas e nasce a negação da negação.

Para Spósito (2004, p.45), no campo da pesquisa sobre o materialismo histórico e dialético, o autor considera que:

A dialética, como ciência das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e dos pensamentos humanos, possui três leis, amplamente conhecidas por aqueles que têm um mínimo de familiaridade com o marxismo, que assim pode ser resumidas: (1) a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; (2) a unidade e interpretação dos contrários, e (3) a negação da negação.

Em síntese o materialismo histórico e dialético é usado como sinônimo da dialética. Está entre as várias maneiras de definir o método recriado por Marx. Com o auxílio do método podemos ler a realidade por várias portas de entrada, até para a própria separação entre a sociedade e a natureza, presente como universo fundamental do campo de estudo da Geografia.

## **2.2. Pesquisa Bibliográfica**

Em relação ao levantamento bibliográfico, Gil (2002, p; 61), descreve este afirmando que:

O levantamento bibliográfico preliminar depende de muitos fatores, tais como a complexidade do assunto e o nível de conhecimento que o estudante já dispõe a respeito. Não se pode definir de imediato que material deverá ser consultado. A experiência, porém, demonstra que é muito importante buscar esclarecer se acerca dos principais conceitos que envolvem o tema de pesquisa, procurar um contato com trabalhos de natureza teórica capazes de proporcionar explicações a respeito, bem como com pesquisas recentes que abordaram o assunto.

Este tipo de pesquisa tem como base o uso de materiais já elaborados, como: livros; artigos científicos e trabalhos semelhantes a serem construídos. Na maioria dos trabalhos exigem-se este tipo de pesquisa. E segundo Gil (2002, p. 44), “boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas”.

Há um grande número de fontes bibliográficas e podem ser classificadas de várias formas como: livros; publicações periódicas e; impressões diversas. Os livros são fontes bibliográficas por excelência e estão divididos em livros de leituras e livros de referências. Este último está subdividido em livros de referência informativa, contendo o que se procura pesquisar e, livro de referência remissiva que remete as fontes que se deseja estudar.

As publicações periódicas são as edições regulares e irregulares com a participação de inúmeros autores, tratando de temas diferentes com objetivos mais ou menos definidos. As principais fontes desse grupo são: jornais e revistas (representa ainda uma das mais importantes fontes bibliográficas). A característica da matéria de jornais é a velocidade que se expande enquanto a revista tem um maior valor de aprofundamento e elaboração do contexto estudado. Para Gil (2002, p. 45), “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos”.

Por outro lado, a pesquisa bibliográfica pode comprometer a qualidade da pesquisa. Alguns levantamentos de dados secundários podem ser analisados de forma errada e o trabalho fundamentado nesta fonte repetirá um erro e ainda corre o risco de ampliar o (s) erro (s). O pesquisador, que não quer ser vítima disso, deve analisar profundamente as informações para identificar possíveis incoerências e contradições.

### **2.3. Pesquisa Documental**

A pesquisa documental possui certas semelhanças com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes. Assim, a pesquisa bibliográfica utiliza a contribuição de vários autores sobre um tema, já a pesquisa documental utiliza fontes brutas, sem tratamento analítico possíveis de serem reelaborados.

Segundo Gil (2002, p. 46):

Os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações,

memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Para Gil (2002) A pesquisa documental possui várias vantagens. Os documentos representam uma fonte rica de dados que resistem ao tempo e são indispensáveis para as pesquisas de natureza histórica e apresenta limitações, como todas as outras linhas de pesquisas. Pode se tornar uma pesquisa de baixo custo. Apenas requer uma disponibilidade de tempo do pesquisador para as análises dos documentos. Documentos, no nosso caso, acessado na sede da CPT no Sertão em Cajazeiras-PB.

#### **2.4. Pesquisa de Campo**

A pesquisa de campo é similar ao levantamento de dados, mas diverge, em alguns aspectos em geral, o levantamento de dados tem mais alcance e a pesquisa de campo tem maior profundidade. O levantamento de dados é realizado em um determinado lugar. A pesquisa de campo focaliza mais aprofundamento das questões propostas segundo as variáveis e o planejamento possui maior flexibilidade permitindo que os objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa.

Na pesquisa de campo estudamos um único grupo em uma comunidade em termos de sua estrutura social, entre os habitantes de uma área demarcada. Nessa perspectiva Gil (2002, p.53) afirma que:

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado.

Portanto, a pesquisa de campo é desenvolvida no lugar onde ocorreu a luta dos camponeses. Os resultados da pesquisa de campo costumam ser mais fiel aos fatos ocorridos do que os levantamentos de dados. É, no primeiro caso, que o pesquisador encontra-se mais inserido na comunidade. Assim, há maior possibilidade para que os sujeitos ofereçam respostas mais confiáveis.

Como ponto negativo deste tipo de pesquisa, podemos nos deparar com a disponibilidade de tempo do pesquisador. Para realizar a pesquisa de campo que leva mais tempo do que um levantamento de dados. Na maioria das vezes, os dados são coletados

apenas por um pesquisador que corre o risco da subjetividade na análise e interpretação da pesquisa de campo.

## **2.5. Tratamento Qualitativo e Quantitativo**

Segundo Lakatos et. al. (2008, p. 269), “além dos tradicionais métodos específicos das Ciências Sociais como o da abordagem e o do procedimento, outros dois, o qualitativo e quantitativo, também são muito importantes nas investigações científicas”.

### **2.5.1. Tratamento Qualitativo**

O tratamento qualitativo germinou da prática desenvolvida no campo de pesquisa da antropologia e depois passou a ser aplicada em outras áreas do conhecimento até chegar à educação, bem como estamos utilizando na geografia humana.

Para Lakatos (2008, p. 269), o tratamento qualitativo, “preocupa-se em analisar e interpretar os aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc”.

No tratamento qualitativo as amostras são minimizadas e os dados levantados são analisados em seu conteúdo psicossocial. Os instrumentos de coletas não são totalmente estruturados. Podem ser assistemáticos ou sistemáticos. Considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. É assistemático porque necessita de um eixo para chegar ao objetivo pesquisado e que não é totalmente casual. É sistemático porque utiliza de instrumentos controlados para o levantamento de dados de uma pesquisa.

Segundo Minayo (2002, *apud* LAKATOS 2008, p. 271), o tratamento qualitativo:

Responde a questões particulares. Em Ciências Sociais, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O estudo do tratamento qualitativo se desenvolve no ambiente natural cheio de dados descritivos e é bem flexível com foco na realidade de forma complexa e contextualizada, pois



há no mínimo a estruturação prévia para aplicar no desenvolvimento da pesquisa. O investigador criativo entra em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação estudada em contato direto com o investigado.

A pesquisa com o tratamento qualitativo é descritiva, e as principais técnicas de levantamentos de dados são observações, entrevista, história de vida e história oral (este último a ser tratado no quarto capítulo). Porém, a maioria dos pesquisadores usam a história de vida e a história oral como forma de entrevista.

Para Lakatos (2008, p. 282) “a história oral investiga os fatos e acontecimentos registrados na memória de pessoas de destaque na comunidade. Ela preocupa-se com o que é importante e significativo para a compreensão de determinada sociedade. É uma técnica de coleta de dados bem ampla”. Com isso a sua finalidade é, entre outras, a de preservar as fontes pessoais para complementar documentos escritos.

Portanto, o tratamento qualitativo, cujas informações não são quantificáveis; os dados obtidos são analisados intuitivamente. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

### **2.5.2. Tratamento Quantitativo**

Esta concepção de tratamento germinou no horizonte científico internacional a partir de meados do século XX, atualmente possui maior aceitação entre os pesquisadores. O levantamento de informações e tratamento dos dados é caracterizado pelo uso da quantificação, a partir, de técnicas matemáticas de estatísticas simples e complexas como (porcentagem, média, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.).

Assim, a pesquisa com o tratamento quantitativo é explicada em números, opiniões e informações, utilizando as técnicas matemáticas de estatísticas para ser analisadas e classificadas. Neste tratamento, os pesquisadores se deparam com vastas informações numéricas (por exemplo, quantidade de animais, seres humanos e produção). Esta forma de tratamento sintetiza os dados coletados e diminui as amostras resultantes das investigações realizadas em uma determinada área para obtenção do conhecimento científico apresentado em forma de gráficos, tabelas e etc.

Portanto, como enfatizado por Lakatos et. al. (2008, p. 284), o tratamento quantitativo necessita de alguns traços bem definidos, como a “objetividade, sistematização e quantificação dos conceitos evidenciados na comunicação”.

### 3 MEMÓRIA E HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Nesse capítulo, nos dedicamos a conhecer a histórica da luta camponesa no sertão paraibano, os sujeitos que participaram ativamente do movimento de luta pela terra no sertão iniciado pela Comissão Pastoral da Terra, vinculado à Diocese de Cajazeiras. Construímos o capítulo apresentando uma discussão teórica e metodológica sobre o sentido e tratamento da categoria memória e também de resistência.

#### 3.1. Memória e História

Sobre a memória histórica recolhida através da memória coletiva dos posseiros de Bartolomeu I, refletiremos de acordo com os argumentos de Jacques Le Goff (2003) e Maurice Halbwachs (2006), entre outros. Somado aos relatos orais informais adquiridos através de diálogos com os posseiros para construirmos esse trabalho.

A memória vai ser sempre construída individual e em equipe, porém, também é um trabalho do sujeito, porque quando temos lembranças que formam a memória, estas estão sempre associadas à memória coletiva, a que uma determinada equipe presenciou e continua a compartilhar. Com isso, é possível interpretar os acontecimentos históricos da luta pela terra.

Halbwachs (2006, p. 71), faz referência a essa questão quando nos afirma que:

Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as ver seu ponto de vista, como se distribuindo dentro da sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras o indivíduo participa de dois tipos de memórias.

A memória não pertence apenas a um indivíduo em si, mas a um grupo que armazena diversas situações ao longo de sua existência diante do seu processo biológico de construção social emissiva e receptiva de conhecimento constante num processo natural e dinâmico com justiça e injustiça lado a lado, bem como a riqueza e a pobreza, dominantes e dominados, explorados e exploradores, entre tantas outras conjugações.

Neste contexto, Halbwachs (2003, p. 30) esclarece que:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós,

porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

A propósito, para a composição da memória é necessário o aglomerado de vários relatos. A memória não é somente nossa, é também coletiva. Partindo de pontos ou olhares diferentes, utilizamos fragmentos de lembranças que são fornecidos por diversos indivíduos sobre a mesma questão. Em outras palavras, o que imagina ser a memória individual, na verdade é a junção dos fragmentos das lembranças coletivas que constitui a memória.

Também, formada sobre o processo de luta pela terra. E não é vista de forma única diante da sociedade, cada indivíduo entende basicamente da forma como quer se buscar entender o problema e o objetivo central da luta, dos menos favorecidos, protagonistas da história gravada em sua memória de forma oposta a memória do latifundiário.

Nesse sentido, Halbwachs (2003 p.95,96) ressalta que:

Uma cena de nosso passado pode nos parecer tal que jamais teremos nada a tirar nem a acrescentar, e nela jamais haverá nada de mais ou de menos a compreender. No entanto, se encontramos alguém que nela estivesse envolvido ou a ela tenha assistido, que a evoca e conta – depois de escutar sua história já não estaremos tão certos quanto antes estivemos de não podermos nos enganar sobre a ordem dos detalhes, a importância relativa das partes e o sentido geral do acontecimento: é possível que duas pessoas que presenciaram um mesmo fato o reproduzam com traços idênticos quando o descrevem algum tempo.

De fato, a memória individual do sujeito ou coletiva de um grupo local ou espacial tem um lugar de destaque nos processos históricos, porque sem a memória coletiva não haveria como formar um quadro material e completo dos acontecimentos e o processo histórico ficaria no mínimo e nitidamente fragmentado.

Do mesmo modo, Le Goff (2003), contribui de forma significativa para a discussão sobre a memória para a sociedade. Destacou a sua importância, e considera como um elemento essencial para a construção da identidade, individual (do sujeito) ou coletiva (do grupo), cuja busca da lembrança é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade do passado e de hoje.

De repente, quando vamos a um lugar que já estivemos antes, depois de longos períodos, ainda lembramos várias características, mesmo depois das modificações naturais ou antrópicas ocorridas. E também, certa pessoa daquele lugar guarda lembranças que nem mesmo o próprio sujeito autor do fato não se recorda, pois na nossa memória, o episódio não

foi armazenado, possivelmente, depois de um conversar você possa até recordar ou não. Além disso, Le Goff (2003, p.470) nos afirma que:

A memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender suas lutas pela apropriação/dominação da recordação e da tradição, que constituem o cerne da memória.

A memória armazena todas as nossas informações, como um sistema operacional está presente em nossa cultura e em nós mesmo, as nossas recordações do passado e do presente. Os processos de transição para o mundo globalizado com avanços tecnológicos que se ampliam diariamente estão presentes também na nossa memória, porém, na memória dos mais jovens diversas culturas e fatos históricos que antecederam essa fase de transição são conhecidos apenas teoricamente, eles vivem cercados pelos avanços tecnológicos. (ALBERTI 2004)

Do mesmo modo Le Goff (2003, p. 422) salienta:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Torna-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Acrescentemos também outras reflexões sobre história oral, com o objetivo de reviver os fatos de acontecimentos reais e imaginários a partir das versões narradas sobre as construções do passado capaz de representar qual quer fato que pode se tornar concreto como alguma prática esportiva, apenas com relatos de determinadas representações das características da germinação e formação de determinado território. Embora tal procedimento não seja tão simples, e as características serão avaliadas como fatos semelhantes e sua relação com a realidade. Em outras palavras, são características vividas a ser construídas e não construções prontas.

De acordo com Alberti (2004, p.15):

Em muitos casos, a entrevista de história oral nos acena com a chance, ou ilusão, de suspendermos, um pouco que seja, a impossibilidade de assistir um filme contínuo do passado. Quando isso acontece é porque nela encontramos a “vivacidade” do passado, a possibilidade revivê-lo pela

experiência do entrevistado. Não é a toa que a isso muitos dão o nome de história (ou memória) “viva”.

O campo da história oral é amplo e totalizador. Com isso, é importante salientar que o polo atrativo da história oral não é exclusivo e nem tão pouco novo. No entanto, nos últimos anos, vem crescendo devido ao grande número de pesquisadores que recorrem a essa metodologia. Para obter o objetivo pretendido faz-se a união de pontos distintos para a compreensão do material adquirido, através de dados coletados em conversas com pontos positivos e negativos, narrados pela população que ocupa determinada porção do território.

Adicionamos também a esse contexto da temática de estudo, as contribuições de Paul Thompson (1992) para um maior aprofundamento da história oral, uma fonte inesgotável, que se encontra fragmentada na memória de cada indivíduo da espécie humana, que ocupa um lugar no espaço. Desde os fins do século XIX, com a utilização da história oral, é possível encontrar um acervo rico de fontes variadas a serem exploradas por pesquisadores.

De acordo com o historiador Thompson (1992, p. 17):

A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

O acervo da história oral pode ser explorado por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, e pode até ser um instrumento capaz de provocar alterações na construção de uma sociedade com um pensamento de sociedade igualitária, sem tanta distinção das classes sociais. Através dela, pode-se implementar políticas públicas que possam ser praticadas ao analisar os fatos narrados pelos exploradores e explorados, que dificilmente nossos governantes se sensibilizem diante de inúmeras injustiças sofridas pela classe dominada da nação. Estes, que necessitam de apoio e solidariedade, carregam em sua memória o peso do seu passado, de lutas e de humilhações, são protagonistas para a criação de uma consciência histórica.

Nesse sentido, Thompson (1992, p. 18-19) destaca que:

A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz aos múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia, sobretudo, fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que

vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário. O método da história oral possibilita o registro de reminiscências das memórias individuais; enfim, a reinterpretação do passado.

A história oral é construída a partir das pessoas, e também ela não vai mudar o mundo é um instrumento de pesquisa como toda a história, tanto social e cultural, dependerá sempre de uma finalidade social. A história oral nos leva ao encontro de documentos e a fontes escassas que ainda podem nem terem sido vistas, com isso pode chegar a uma reconstrução/resgate mais fiel do passado.

Desse modo, a utilização da história oral aponta os caminhos para uma transformação social e contribui para formar seres humanos (dominantes e principalmente dominados). Thompson (1992, p.44) destaca que:

A história oral é uma história em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações.

A pesquisa fundamentada sobre a história oral traz suas dificuldades. Nem todas as fontes de uma comunidade são utilizadas, algumas, a memória não armazenou tais fatos mas, é uma proposta instigante, é um desafio a ser encarado. Somando a este material trabalhado, contamos com o apoio dos camponeses da área de estudo, tendo como objetivo reviver um pouco o passado e o presente da história da luta pela terra dos posseiros do açude de Bartolomeu no município de Bonito de Santa Fé – PB, no alto sertão paraibano.

Portanto, é a partir da junção de fragmentos resgatados pela memória coletiva dos posseiros de Bartolomeu I, que entendemos os mecanismos da luta utilizada por eles, para a conquista do espaço agrário do referido território. Fragmento presente na memória de cada um, real ou imaginário da luta social, apoiados sobre esta base teórica metodológica.

### **3.2. Resistência**

O camponês é um homem valente. Luta sem medir esforços. São guerreiros que lutam contra o latifúndio e contra algumas reações da natureza. Na Região Nordeste, enfrentam as dificuldades provocadas pelas irregularidades climáticas vivenciadas diariamente nas marcas deixadas por seus efeitos visíveis na paisagem. Resistir a esses efeitos naturais já é difícil, e

ainda somada a essa dificuldade está a resistência do camponês para conseguir uma fração de terra no espaço agrário, para viver livre e tirar dela o seu sustento.

No Brasil, teoricamente, é discutido bastante a questão da reforma agrária. São várias as propostas para se fazerem e se tornarem realidade na vida de muitos camponeses que peregrinam pelas estradas da vida, na busca de tal conquista.

No entanto, não estão só, são apoiados pelos movimentos sociais que juntos aos camponeses enfrentam o poder dos proprietários de terra. Formando assim, duas forças desiguais. Enquanto uma luta pela acumulação de riqueza, a outra luta para conseguir um espaço para sua sobrevivência.

Como a acumulação de riquezas está concentrada nas mãos de poucos, e que são os detentores do capital, os camponeses representam a classe menos favorecida e explorada, mas que estão unidos e se organizam para a luta. Os camponeses conseguem, a passos lentos, conquistar seu espaço nas propriedades, através de ocupações e, com muita resistência (a todos os tipos de violência). A principal violência que está imposta é a injustiça. Grande parte dos líderes são assassinados e criminosos são inocentados. Diante de todas as propostas direcionadas para a realização da reforma agrária, o que de fato se tem conseguido é um resultado de resistência camponesa por ocupação de terras.

A luta do camponês pela reforma agrária ocorre em diferentes lugares com um objetivo bem definido: a luta pela terra, que persiste e vem sendo desenvolvida há séculos atrás, onde o camponês permanece a espera do desenvolvimento de políticas públicas atuantes na prática para solucionar ou minimizar esse problema dos sem terra que luta para conquistar seus direitos de cidadão. Como afirma Fernandes (2001, p. 01):

Neste século, a luta pela reforma agrária passou a fazer parte dessa questão, que possui a seguinte configuração: a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico; a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada.

É preciso ficar atento para poder entender a distinção feita entre luta pela terra e a reforma agrária, pois são movimentos distintos, com o mesmo objetivo. O primeiro sempre existiu e o segundo, germinou na década de cinquenta. Segundo Fernandes (2001, p, 01):

A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta, com o

crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições.

Diante do exposto, é de suma importância destacar que essas lutas acontecem independentes da outra. A reforma agrária é uma luta mais articulada que permanece engavetada, pois, a elite governante, sempre consegue mecanismo/artifícios nas leis que retém o andamento/desenvolvimento do projeto. Os capitalistas, proprietários de grandes propriedades de empresas exploradoras de mão de obra barata, não permitem a conclusão dos projetos de assentamentos de reforma agrária no Brasil, para poder continuar as possibilidades de ampliação do capital investido na terra. Daí surge o seguinte questionamento: Até onde vamos ter que resistir a tanta injustiça com a classe menos favorecida? Pois já vivemos exauridos de propostas políticas abstratas.

Fernandes (2001, p.01) aponta que:

Na realidade, a diferenciação da luta pela terra da luta pela reforma agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas. Durante séculos, os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de reforma agrária. O primeiro projeto de reforma agrária do Brasil é da década de sessenta - o Estatuto da Terra, elaborado no início da ditadura militar e que nunca foi implantado. A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária

São lutas desenvolvidas sobre o mesmo objetivo em escalas diferentes. Uma com amplitude macro e a outra com amplitude micro, entendidas como práxis semelhantes à teoria e à prática. A resistência do camponês o torna um migrante até conquistar o seu lugar. Quando está diante da luta para conquista do espaço agrário, os camponeses sem terra se articulam entre si e com os movimentos sociais que apoiam a sua bandeira de luta.

Os camponeses armam suas barracas no espaço desejado e sofrem todos os tipos de humilhações, são explorados diariamente quando resolvem lutar por seus direitos, passando a serem chamados de vagabundos ladrões de terra. A resistência do camponês está associada com a migração na esperança de chega a terra prometida, e isso marca a evolução da luta pela terra na história do Brasil.

Sobre esse propósito, Fernandes (2001, p.03), destaca que:



A migração e a peregrinação com a esperança de chegar à terra liberta são as marcas da história do campesinato brasileiro. Na luta contra o cerco da terra e da vida, surgiram várias formas de resistência. Lutar contra as cercas era lutar contra o coronelismo, porque os latifundiários foram senhores absolutos e dominavam a terra e a vida dos camponeses. Na Bahia, camponeses sem-terra terminaram uma longa peregrinação no arraial de Canudos. Era um movimento social messiânico que não se submeteu à ordem coronelista e latifundiária. E por essa razão, foram declarados inimigos de guerra.

Dessa forma, o desejo do capitalista de acumular riquezas e continuar explorando o camponês é interminável, tanto quanto também é a luta por reforma agrária e a luta pela terra. A sua conquista representa também a conquista da liberdade e da produção livre sem serem sufocados por patrões. Precisamos de terra e de condições climáticas (natureza) favoráveis para produzir a nossa subsistência, não estamos lutando pelo pão feito e acabado, estamos encarando os detentores do poder para produzir o nosso pão em nosso próprio espaço numa determinada fração do território.

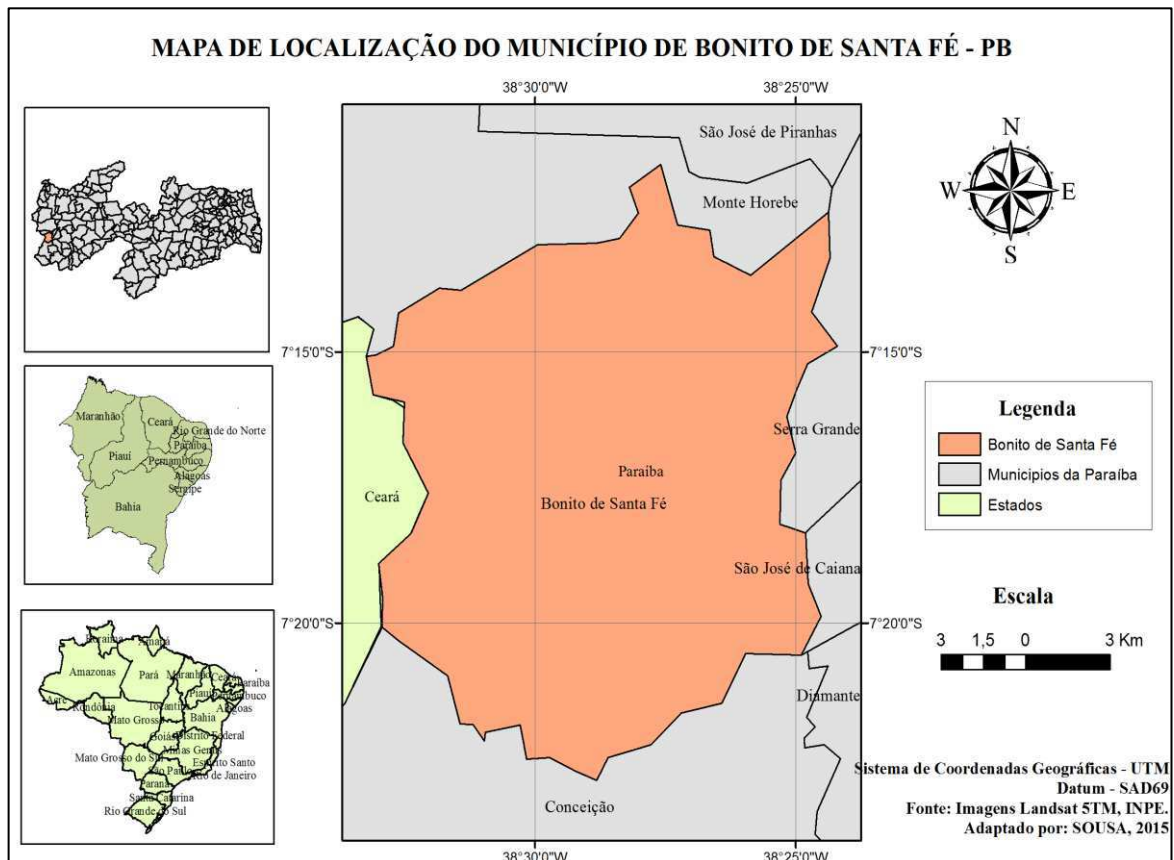
## 4. O ASSENTAMENTO BARTOLOMEU: A CONQUISTA E DESAFIOS

Neste capítulo, abordamos, por meio do procedimento mencionado, a história oral, uma descrição da formação e desenvolvimento do assentamento Bartolomeu I.

### 4.1. História Oral

De acordo com relatos narrados pelos assentados, ao longo do desenvolvimento desse trabalho e das fontes documentais disponíveis na sede da CPT – Sertão, localizada na cidade de Cajazeiras – PB, a luta dos posseiros ocupantes das áreas emersas nas margens do açude público Bartolomeu I, no município de Bonito de Santa Fé, se desenvolveu lentamente, através de muita luta e de resistência que está guardada na memória de cada assentado. História que é vivida de dentro para fora da comunidade pelos indivíduos que pertencem a um determinado território, e também complementada de fora para dentro a partir de professores e alunos que procuram compreender essa luta para a conquista do território.

**Figura 01** – Mapa de localização do município de Bonito de Santa Fé- PB



Fonte: SOUSA, 2015.

A luta do povo sertanejo é marcada por desafios contínuos, principalmente os pequenos trabalhadores rurais afetados pelas condições climáticas da região. No Alto Sertão Paraibano, além dessa relação natural existente entre homem e natureza, grande parte dessa população sofre por não possuir acesso a terra, os agricultores travam uma luta desigual na região por uma fatia de terra para explorá-la da melhor maneira possível.

No final da década de 1980 a configuração do espaço agrário camponês da nossa região começa a tomar novos rumos como destaca Oliveira (2013):

Em 1988, o conflito se estabelece nessa região. As terras do entorno do açude Bartolomeu I, que ficavam na propriedade Maniçoba, foram compradas pelo Estado em 1986. No local havia 25 famílias que viviam e trabalhavam no local desde a década de 1960, tirando o seu sustento. No entanto, o ex – proprietário, continuava usufruindo a terra, pois não havia fiscalização por parte do Governo Estadual, e o grileiro continuava a cobrar também a renda pelo uso da terra aos camponeses, pedindo, por fim, a expulsão dessas famílias, sendo atendido pelo juiz da comarca, que concede a manutenção de posse a esse grileiro, mesmo sabendo que as terras estavam de posse do Estado.

A partir do mencionado iniciou a luta pela posse da terra, nas margens do açude público de Bartolomeu I.

Segundo Viera (1993, p. 33):

Nos últimos anos surge uma nova forma de luta dos despossuídos do semi-árido [sic] com outras dimensões, passando da luta contra as secas, para as lutas contra as cercas concretizadas através dos assustadores conflitos de terras nas áreas irrigáveis, com a clareza de que a miséria extrema não se deve apenas a um fenômeno climático, mas tem suas raízes fincadas na estrutura agrária violenta.

Os conflitos pela terra ocorrem principalmente nas áreas que apresentam boas condições férteis e hídricas para o desenvolvimento da agricultura de sequeiro (a broca) e irrigada. Em Bonito de Santa – Fé ocorreu na área irrigável na margem do açude, localizado no sítio Bartolomeu I, e lá não foi diferente, os trabalhadores resolveram lutar por seus direitos.

A luta envolveu três forças, os agricultores, ex – proprietários e o Estado, embora a maior disputa ficou entre os agricultores e os ex – proprietários (os grileiros), que queriam a terra de volta para continuar explorando os agricultores.

No ano de 1986, o projeto CANAÃ chegou à referida cidade no governo de Wilson Braga, sob influência de uma política hídrica que não levava em consideração/preocupação

com os pequenos agricultores posseiros que residiam nessa área. Em 22 de fevereiro de 1986, o Estado indenizou as 330 hectares de terra pertencente a 21 proprietários para construção do açude no sítio Bartolomeu I, com isso, os proprietários receberam indenizações e 15 famílias que moravam nestas terras como meeiro há aproximadamente duas décadas, continuaram pagando renda aos antigos proprietários após o recebimento da indenização, as terras permaneceram sob a posse dos ex – proprietários devido à omissão do Estado que não demarcou a área.

Após a conclusão da obra, as famílias permaneceram trabalhando e pagando renda aos “donos”. Revoltados com a situação que estavam vivendo, os posseiros no ano de 1988 começam a lutar por melhores condições de vida, onde se organizaram entre si e chegaram à conclusão de que não era justo pagar o foro aos ex - proprietários porque estes já haviam sido indenizados para a construção do açude de Bartolomeu I, e as terras irrigáveis eram públicas pertencentes ao Estado.

Com isso, os trabalhadores decidiram lutar e como ponto de partida recusaram-se a pagar foro aos ex - proprietários que recebiam como forma de pagamento dos agricultores pelo uso e cultivo em suas terras. Esses trabalhadores se organizaram com mais 10 famílias da periferia da cidade para o fortalecimento da equipe na luta pela terra, perfazendo um total de 25 famílias engajadas na empreitada que tinha como objetivo lutar pela terra e conquistar seus direitos no espaço agrário. Os trabalhadores não estavam desamparados nessa luta, contaram com o apoio de Francisco Pereira (advogado) e Cleofas Caju (Agente da pastoral) membro da equipe da CPT que morava na cidade de Bonito de Santa Fé – PB.

Organizaram-se através de reuniões e traçaram objetivos de luta, pressionando o Governo do Estado e órgãos como o, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e FUNDAP (Fundação de Desenvolvimento Agrário da Paraíba) que não se manifestaram a curto nem em médio prazo para solucionar o problema. Exaustos da falta de compromisso e interesse do Estado e dos órgãos responsáveis pela questão da luta pela terra, os trabalhadores norteiam novos caminhos e suspenderam totalmente o pagamento do foro dos ex - proprietários e optaram pelo acampamento na área.

Acamparam e começaram a descobrir a área coberta pela vegetação, para cultivar a terra para a produção de subsistência, pois, parte da área os proprietários desenvolviam atividades agrícolas destinadas ao comércio de cidades mais polarizadas do estado como Campina Grande, Cajazeiras e outras. Diante da ousadia e coragem dos trabalhadores os ex – proprietários, sabendo da omissão do Estado, recorrem ao poder judiciário por meio de uma

liminar concedida na comarca local para a expulsão dos sem terra e dos membros da CPT da área que apoiavam o movimento da luta pela terra.

Os ex - proprietários argumentavam que os trabalhadores não possuíam documentos de posse das terras e era ilegal a invasão do patrimônio alheio. Portanto, os trabalhadores juntamente com a equipe de apoio da CPT foram expulsos três vezes pela polícia local, e proibidos de entrar na área sob a pena de prisão aos ocupantes. A partir de então, eclode o conflito entre os sem terra, os ex - proprietários e o Estado. A luta pela terra irrigável que deveria ser com maior amplitude entre os sem terra e o Estado, torna-se mais ampla entre os sem terra e os ex- proprietários.

Para Vieira (1993, p.33 - 34) as ocupações:

São movimentos organizados, sistematizados que buscam soluções definitivas para os problemas da miséria, lutam pela posse das terras e melhores condições de trabalho no campo. Tem caráter permanente, o conflito não termina com a conquista e posse das terras, continua no cotidiano, na luta por outras reivindicações.

E as consequências levam o movimento para um quarto acampamento no dia 02 de setembro de 1989, mais estruturado e resistente com apoio de outras entidades, foi um acontecimento marcante. Os ocupantes armaram barracas e vieram todas as suas famílias, mulheres e crianças que permaneceram no local alguns dias, onde passaram a serem monitorados por capangas de um ex - proprietário interessando na área que havia comercializado.

Os trabalhadores foram expulsos novamente pela polícia sobre uma ordem judicial, é obvio que os ex - proprietários queriam os trabalhadores sem terra pagando o foro, dando lucro, pois não queriam ver os trabalhadores organizados trabalhando para si nas áreas irrigáveis, tendo em vista que estes controlavam e obtinham lucros das áreas irrigáveis do Estado. Proibidos de entrar nas terras onde viveram e trabalharam por duas décadas, os sem terra migram para pontos estratégicos da cidade com o objetivo de acampar em tais pontos.

No dia 08 de setembro de 1989, foram para a câmara dos vereadores e para a prefeitura da cidade com o objetivo de acampar, mas a tentativa não teve êxito, pois, foram expulsos no mesmo dia pela polícia. Como vemos nas imagens a seguir:

**Imagem 19 e 20** - Possseiros indo acampar na Prefeitura e Câmara Municipal dos Vereadores



**Fonte:** Arquivo CPT/Sertão, Cajazeiras – PB, 1989.

Sem lugar para ficar, os camponeses resolveram ir à igreja, onde pernoitaram na parte externa. Na manhã seguinte, realizaram uma reunião e decidiram retornar à prefeitura e só sairiam guinchados pela polícia, e se um integrante do grupo fosse detido todos iriam juntos. A insistência e resistência dos camponeses, fez com que o delegado que expediu o mandato de prisão para alguns membros da comissão organizadora do movimento da luta pela terra, retrocedesse para dialogar com comissão organizadora do movimento.

A luta seguiu firme, e no dia 10 de setembro de 1989, os sem terra realizaram um ato público no centro da cidade com o apoio da CPT e do PT do polo sertão/PB, onde decidem ir a capital do estado (João Pessoa) para acampar na sede do INCRA. É nítido em escala local o posicionamento das autoridades, bem como da prefeitura, da câmara de vereadores e do sindicato dos trabalhadores rurais que não manifestaram nenhuma reação/posicionamento em relação ao movimento.

**Imagem 21** – Reunidos para ir acampar em João Pessoa.



**Fonte:** Arquivo CPT/Sertão, Cajazeiras – PB, 1989.

Somente o vereador Cleodon Bezerra do PT, acompanhou a luta do movimento e levou o debate até a câmara dos vereadores onde seus companheiros permaneceram de braços cruzados e apenas um parlamentar defensor dos ex- proprietários manifestou seu instinto animal, agredindo Cleodon fisicamente com socos e ponta pés na casa legislativa da cidade.

Ao ocupar a sede do INCRA, os trabalhadores reivindicava a medição das terras indenizadas pelo Estado e a suspensão da liminar em favor dos ex- proprietários. Pois, os proprietários tentavam provar que as terras que foram indenizadas pelo Estado eram apenas as áreas submersas e as emersas deviam ser de domínio próprio. Na luta de resistência por um pedaço de chão os sem terra migram por vários órgãos oficiais ligados a demarcação e assentamento de terra.

Chegando ao INCRA, órgão do Estado, o mesmo alegava que não tinha responsabilidade pela administração da área e faltava recurso que seria direito da SUPLAN (Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento da Paraíba) órgão responsável pela área de conflito para enviar topógrafos para realizar a demarcação. Diante da burocracia quase infinita desses órgãos e da falta de interesse para solucionar o problema, os sem terra passaram quase 90 dias acampados na sede do INCRA com a esperança de alcançar a vitória almejada baseada nos objetivos apresentados em nota segundo o jornal O Norte (23 de setembro de 1989) que destaca as reivindicações dos posseiros, destacadas a seguir:

Nós, posseiros do Açude Bartolomeu I, situado no município de Bonito de Santa Fé queremos esclarecer à comunidade em geral as razões do nosso movimento e o que nos levou a ocupar as dependências do Incra.

-As terras do Açude Bartolomeu I foram compradas e pagas pelo Estado em 1986. A gente, sendo 25 famílias, já morava e trabalhava nestas terras há mais de 20 anos e é de lá que ainda tiramos o nosso sustento.

-Os ex – proprietários, aproveitando-se da omissão do Governo Estadual, que não demarcou as terras, continuaram a nos cobrar renda. Não se conformando com isso, eles exigiram a nossa expulsão, no que foram atendidos pelo juiz da comarca, Drº José Djacyr Soares Alves, que concedeu liminar de manutenção de posse aos ex-proprietários, mesmo ciente que as terras já haviam sido indenizadas pelo Estado.

A partir desta liminar, nós fomos atacados pelos capangas do fazendeiro Zé Pereira e depois fomos expulsos, indo parar na câmara dos vereadores, de onde fomos expulsos, indo parar na prefeitura municipal, de onde também fomos expulsos, indo dormir na calçada da igreja.

Não tendo mais para onde ir e não aceitando as injustiças, nós trabalhadores, reunidos no dia 10/09/1989, decidimos viajar até João Pessoa e acampar na sede do Incra, com o objetivo de pressionar as autoridades competentes para demarcar as terras já indenizadas pelo Estado e derrubar a liminar a favor dos ex-proprietários.

Na terça – feira, tivemos uma reunião com o diretor do Incra, José Costa, que se comprometeu a dar o trabalho técnico, transporte e combustível para ajudar na demarcação das terras, porém, faltava uma decisão do governo estadual em demarcar as terras pertencentes ao Estado.

-Nós exigimos a presença do presidente da Fundap, Francisco Morais, para que esta decisão pudesse ser tomada. Foi encaminhada uma visita aos órgãos do estado para saber de que era a competência da demarcação. Na Suplan, estavam o mapa e toda documentação. O superintendente Drº Marivaldo, se comprometeu em realizar a demarcação das terras do estado na terça – feira, dia 19/09. Em seguida fomos para a Procuradoria Geral do Estado, onde o Drº José Souto prometeu entrar em contato com o juiz de Bonito de Santa Fé a respeito da liminar que favorece os ex-proprietários.

-Na presença das autoridades do Incra, Fundap e Suplan, decidimos que só sairemos do Incra após a demarcação das terras. Sairemos diretamente para as terras a fim de prepara las para o plantio, já que a Casa Civil nos garante um ônibus para voltar.

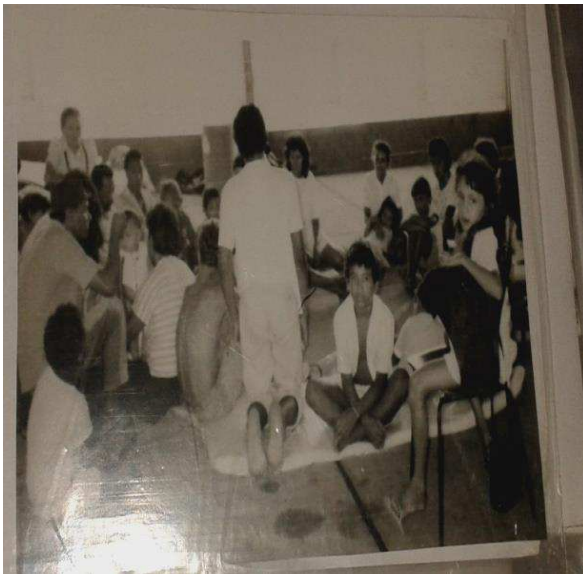
Mesmo tendo recebido gordas quantias, os ex-proprietários tentam ficar com as terras que nós temos direito. Só através da organização de nós, trabalhadores, com ajuda de outras comunidades, é que o Governo do Estado começa a assumir a sua responsabilidade diante do conflito do Açude Bartolomeu I.

Em 20 de outubro de 1989, sem terras de vários conflitos espalhados pelo Estado da Paraíba se juntam aos de Bonito de Santa Fé, provocando um aglomerado de mais de 500 pessoas que ocupam todas as dependências do INCRA. O movimento sócio territorial se amplia e apresentava um único objetivo: a demarcação das terras, a prisão dos assassinos do conflito de Gurugi no Conde na Paraíba, o fim das milícias privadas dos proprietários e da repressão policial.



No dia 04 de novembro de 1989 a polícia federal expulsa os sem terra do INCRA, em seguida, estes se deslocam em passeata pelas ruas da capital até a Praça João Pessoa, onde foi realizado um ato público. Em seguida, os sem terra das outras áreas retornaram e permaneceram acampados na sede da FUNDAP, apenas os sem terra do conflito de Bartolomeu I de Bonito de Santa Fé, porque o processo de demarcação da área tinha sido iniciado.

**Imagens 22 e 23 - Acampados na sede do Incra.**



**Fonte:** Arquivo CPT/Sertão, Cajazeiras – PB, 1989.

Na madrugada do dia 05, os sem terra que permaneceram na sede da FUNDAP foram surpreendidos por várias viaturas da polícia militar com o objetivo de efetuar outro despejo, diante uma negociação entre a comissão organizadora dos sem terra e o presidente do órgão que assumiu o compromisso de entrar em contato com o executivo estadual para agilizar a demarcação da área e indeferir a liminar em favor dos ex proprietários que impediam os sem terra de ocupar a referida área e trabalhar.

Com muita dificuldade e resistência no conflito e com a esperança de conquistar a liberdade, os posseiros conseguem a suspensão da liminar. Voltaram à terra e, desafiando as condições climáticas da região, conseguiram produzir com dificuldade. Já tinham parte da terra e coragem para trabalhar, porém, lhes faltavam ainda condições financeiras para desenvolverem a atividade agrícola irrigada, metas que são alcançadas no decorrer da luta.

Segundo Vieira (1993, p. 44):

Os conflitos, são sinais de esperança para os trabalhadores marginalizados, que sempre foram objetos dos projetos dos outros e silenciados por longos anos. Os conflitos mesmo englobando um número reduzido de trabalhadores em relação a grande massa ainda muito dispersa, mesmo assim, significa uma nova perspectiva a de que os excluídos possam se transformar através da luta e da resistência em agentes de sua própria história.

Os camponeses ocupavam as terras públicas no entorno dos açudes públicos que continuavam sob a posse dos grileiros e dos ex – proprietários que exploravam os trabalhadores visando à obtenção de lucro. De acordo com o depoimento do coordenador da CPT/Sertão, Antônio Cleides Gouveia, (*apud* OLIVEIRA, 2013) os acampamentos se caracterizavam a partir da construção dos açudes após o pagamento das indenizações pelas benfeitorias das propriedades. Assim, ele relata que:

As propriedades onde os açudes eram construídos, os proprietários das fazendas eram desapropriados, indenizados pelo governo, mas o governo não emitia a posse. Então muita terra que ficava em volta dos açudes continuava na posse dos ex – proprietários e muitos camponeses moravam naquelas terras trabalhando para os patrões sem ter o conhecimento de que a terra era do Estado. Então, com o trabalho da Pastoral, eles foram tomando consciência dessa realidade, foram se organizando em grupos e decidiram lutar por estas terras. Isso começou em Bonito de Santa Fé, Mas também outras áreas de açude na mesma época se organizaram para lutar pela terra como foi no açude Riacho dos Cavalos, na bacia do açude público de Pilões açude de Carneiro em Jericó, no assentamento Recanto. Então foram essas quatro lutas que deu início a luta pela terra no Sertão de grupos camponeses apoiados pela CPT no final da década de 1980.

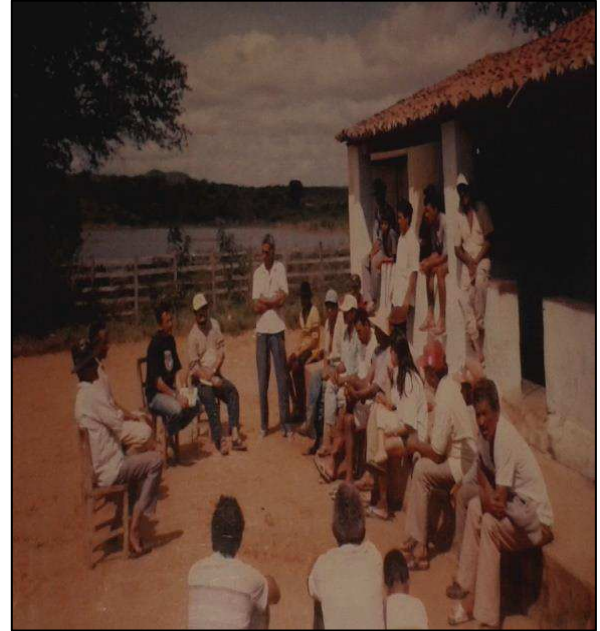
#### **4.2. Concepção de Assentamento**

Durante o processo de ocupação do espaço agrário, o assentamento passou por transformações naturais e antrópicas ao longo do tempo, os moradores em seu processo de construção do território camponês, passaram a viver livres em seu espaço sem exploradores.

**Imagem 24** - Primeira sede comunitária



**Imagem 25** – Reunião na casa de um Posseiro



**Fonte:** Arquivo CPT/Sertão, Cajazeiras – PB, 1989.

Os camponeses que resistem às medidas propostas pelo poder público representam os grupos preocupados com os valores relacionados à preservação dos costumes, das culturas e do respeito da solidariedade humana dos que lutam incansavelmente para conquistar a terra para garantir a subsistência familiar.

Eles estão organizados e contam hoje principalmente com o apoio da associação dos posseiros do açude público de Bartolomeu I construída com recursos próprio a partir dessa organização eles buscam apoio dos órgãos competentes.

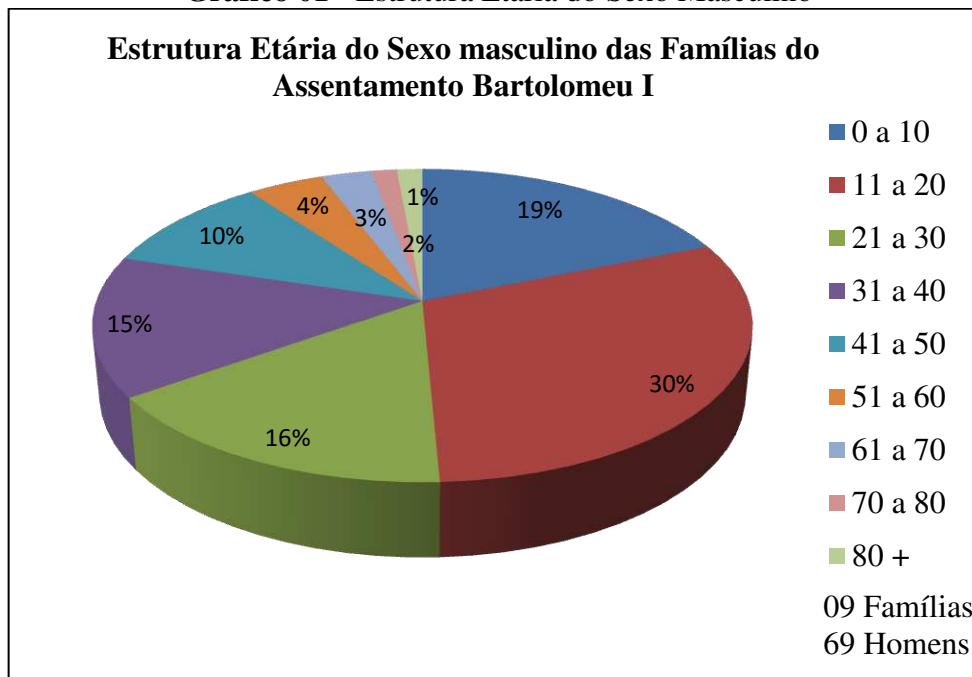
**Imagens 26 e 27 - Gestores da associação e a sede durante as reuniões.**



Fonte: Estudo de campo realizado em 2015.

A partir do levantamento de dados coletados através de questionários, os quais estão com os resultados organizados nos gráficos sobre a estrutura etária e de gênero dos assentados de Bartolomeu I, é possível realizar uma leitura da dinâmica atual do espaço pesquisado representado por uma população economicamente ativa que luta diariamente por melhores condições de vida e de trabalho no espaço agrário.

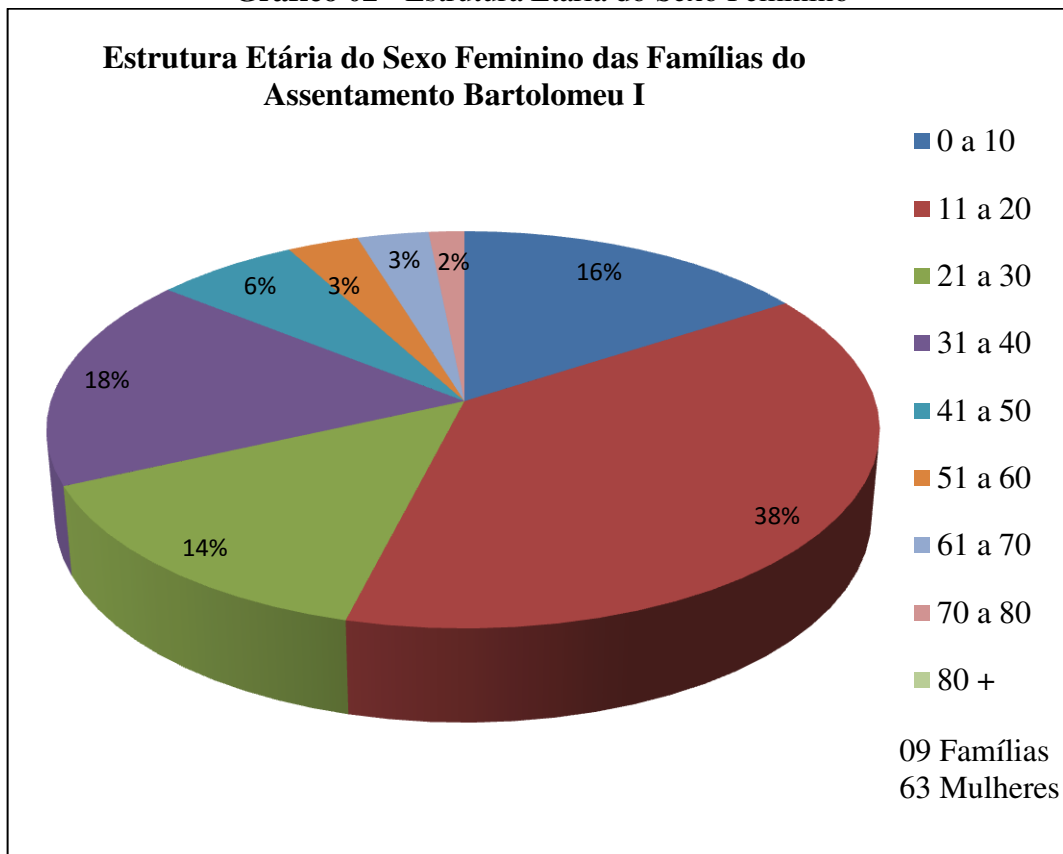
**Gráfico 01 - Estrutura Etária do Sexo Masculino**



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2014.

Gráfico explicativo da população masculina que reside e trabalha no assentamento sem vínculos empregatícios, vivem apenas da produção agrícola, pecuária e da pesca. E, em seguida, a população feminina com as mesmas características de trabalho, que trabalha diariamente com seus companheiros e diz que apenas ajuda a tocar em frente a produção das atividades diárias do campo.

Gráfico 02 - Estrutura Etária do Sexo Feminino



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2014.

Entre todas as formas de vida e trabalho presentes no assentamento Bartolomeu I, na maioria das parcelas verifica-se a produção agrícola e pecuária em desenvolvimento. Contudo, observamos, também, uma situação de desprezo parcial ou total de lotes pertencentes a camponeses assentados sem indício de produção agrícola ou pecuária, pois os lotes estavam de porteiras fechadas. Por quê? O que aconteceu? Os donos abandonaram?

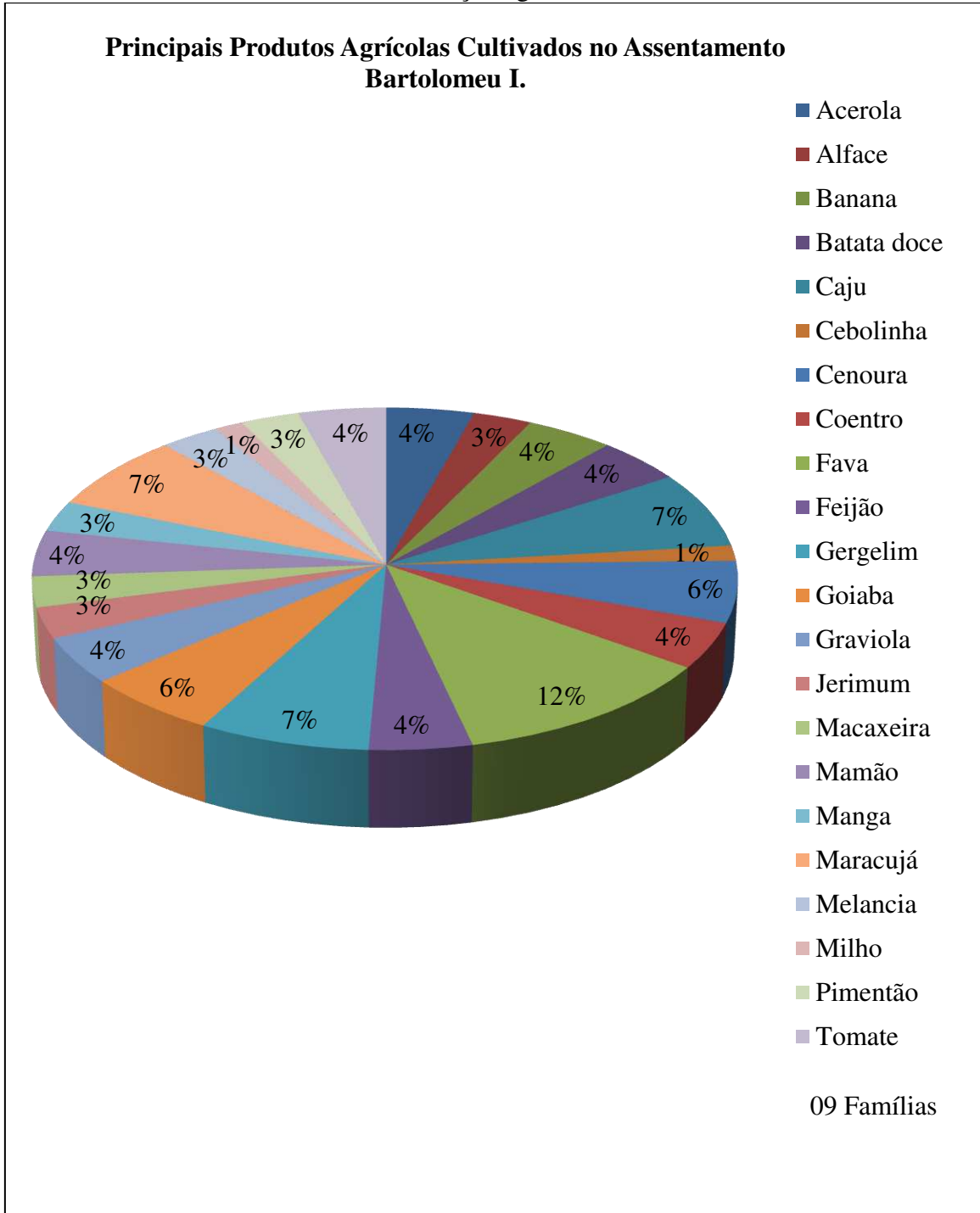
Com relação ao desenvolvimento da produção agrícola e pecuária do assentamento Bartolomeu I, a produção agrícola é bastante diversificada bem como a produção agropecuária.

Para Di Lorenzo (2007) com relação ao desprezo, este fato acontece devido à relação estabelecida entre o urbano e o rural, quando afirma que:

Esses camponeses se relacionam com a terra de modos distintos, da mesma forma que distintas são suas origens, tendo em vista que suas histórias de vida não indicam necessariamente sua aptidão para as atividades do campo, ou seja, se o camponês tem sua origem no campo não necessariamente desenvolveu aptidões compatíveis com a realidade do campo, podendo ocorrer o inverso com aquele camponês que viveu na cidade.

É possível compreender a afirmação feita por Di Lorenzo (2007) com base nos sem terra que habitavam a franja da cidade que foi acolhida pelos posseiros habitantes do espaço agrário que dele necessitam para viver sem os laços atrelados ao do território urbano, associado a este comentário atribuímos a este o fato de alguns lotes estarem de porteiras fechadas.

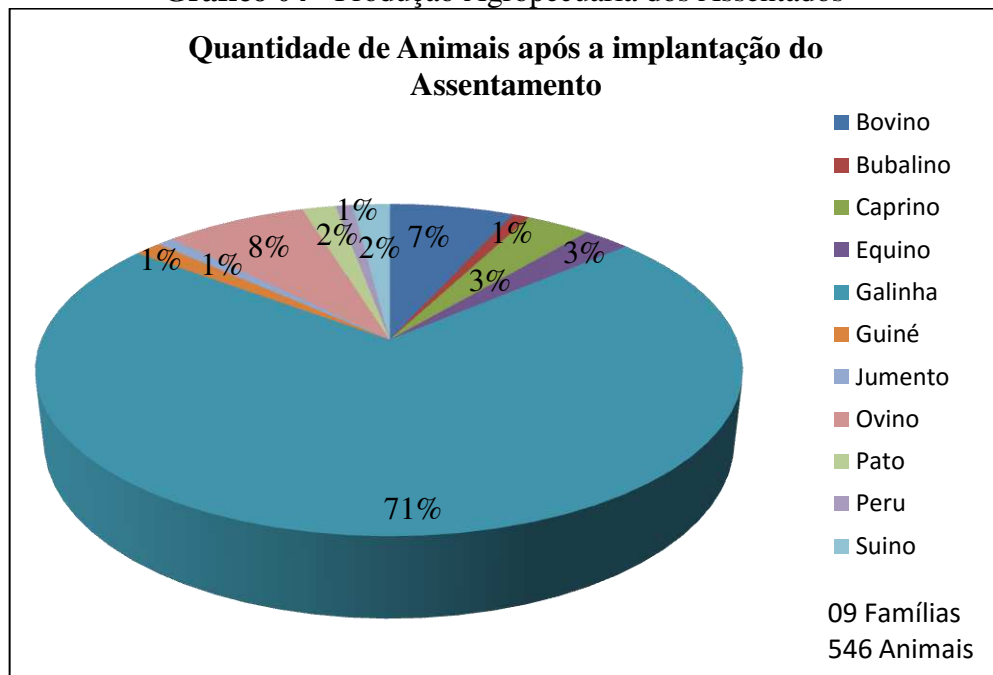
**Gráfico 03 - Produção agrícola do Assentamento**



Fonte: Estudo de campo realizado em 2015.

O gráfico foi confeccionado a partir dos dados referentes ao valor pago pelo quilograma de cada produto descrito, é nítida a representação da fava, que representa 12% do total. Parte dessa produção é vendida nas feiras livres da cidade de Bonito de Santa Fé e nas cidades próximas. Sendo que a maior parte dessa produção é vendida para atravessadores no local de produção, com preços abaixo do custo de mercado. Por falta de um órgão ou instituição pública que os apoiem auxiliando os produtores na comercialização dos seus produtos.

**Gráfico 04 - Produção Agropecuária dos Assentados**



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2015.

Ao observar os gráficos, percebe-se claramente como está sendo utilizado o espaço agrário camponês do assentamento Bartolomeu I, bem como a felicidade expressa na face desses agricultores que lutam para escreverem uma nova história de vida com liberdade sem opressão de patrões.

Assim, para a conquista do seu território, o camponês luta e enfrenta as dificuldades sociais e naturais para permanecer na terra trabalhando, em sua grande maioria, de forma precária, mas sem desistir de lutar e de viver. A alegria na face dos assentados serve-nos de incentivos para vencermos também nossos desafios. Nessa perspectiva, percebe-se que quanto maiores as dificuldades vencidas pelos camponeses, maior a valorização do espaço conquistado.



De fato, os camponeses do assentamento Bartolomeu I, estão se inserindo no modo de produção capitalista predominante na maior parte do desenvolvimento da produção agrícola atual, promovendo alterações na estrutura socioeconômica e política do campo. Diante disso, é possível ver o domínio da monocultura dos lotes seja na produção de hortaliças, seja na produção de mandioca e de batata doce, produzidas às margens do açude. Observa-se também, produção de grãos, a qual eles chamam de produção indispensável, responsável pela sobrevivência. Evidencia-se, notadamente, o consórcio de milho e feijão. Existem ainda, áreas bem diversificadas destinadas à produção de frutíferas, e à produção agropecuária.

Além disso, outras características que chamam a atenção é o fato de que a mão de obra empregada é predominantemente familiar. Na época de plantio e de colheita são contratados trabalhadores diaristas para acelerar o processo. Outro tipo de fonte de renda comumente empregada é o arrendamento das áreas de pastagem aos proprietários de animais do entorno para garantir um aumento da renda familiar dos assentados.

Para Oliveira 2007 essas características relacionadas às formas de produção familiar no campo são bastante significativas:

Outra característica das relações de produção no campo sob o modo capitalista de produção decorre do fato de que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo. Para exemplificar esse fato, basta lembrar o caso brasileiro, em que ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura, ou então recorrer ao exemplo norte-americano, cujas pesquisas recentes mostram uma participação massiva das family farms, isto é, da produção baseada no trabalho familiar. Assim, a agricultura norte-americana também não tem seu suporte nas corporate farms e sim nas family farms. Esse mesmo fenômeno ocorre também na maioria dos países da Europa.

No contexto das características das relações de produção no campo é evidente e indiscutível que a forma de produzir mais viável, de acordo com as condições individuais dos assentados, é a força de trabalho familiar, onde todos trabalham, mesmo que de forma heterogenia. E, apesar de todas as características e dificuldades, a produção de alimentos no assentamento hoje é suficiente para suprir as necessidades locais e a comercialização de boa parte desta produção destina se ao comércio como complementos da renda familiar dos assentados de Bartolomeu I.

### 4.3. Os dilemas do Cotidiano dos Assentados

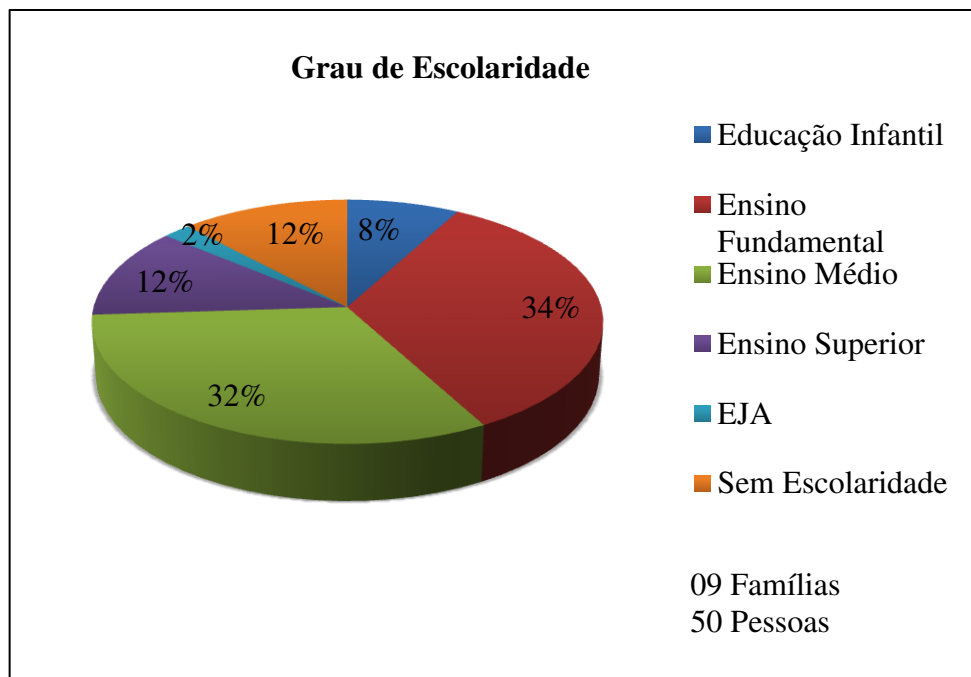
A imissão de posse da terra por parte do INCRA levou quase três décadas para ser oficializada, mesmo o Estado tendo indenizado as terras no período da construção do açude em 1986, o processo de luta foi bastante intenso para a territorialização dos camponeses do Assentamento de Bartolomeu I.

Atualmente, a felicidade dos camponeses está estampada em suas faces dentro do espaço agrário, não apenas pela garantia do território conquistado, mas também pelo o direito de ser um camponês livre com seus costumes culturais e sua cultura popular resgatadas a partir da conquista do território onde vive de “forma digna com sua família” e, juntamente com a associação projetam as melhorias para a comunidade do assentamento.

Eles estão apostando no grau de escolaridade dos jovens do assentamento para a melhoria por parte da administração local, estadual e federal, que lhes cheguem com apoio técnico e financeiro para tocar a produção adiante.

No gráfico a seguir, veremos o grau de escolaridade da população economicamente ativa do assentamento Bartolomeu I. Esses jovens não estão dispostos a seguir os passos de seus antepassados, eles têm outros olhares sobre o espaço, e veem um leque de oportunidades se abrirem a partir dos estudos, embora alguns desistam em meio à caminhada, onde o destino leva-os de volta aos caminhos percorridos pelos seus pais.

**Gráfico 05 - Grau de Escolaridade**



**Fonte:** Estudo de Campo realizado em 2015.

Os gráficos nos possibilitam uma leitura rápida e sistematizada da realidade do assentamento Bartolomeu I. Os gráficos foram importantes para entendermos a estrutura etária e sexual das famílias, a produção de alimentos, a produção pecuária e o grau de escolaridade da população.

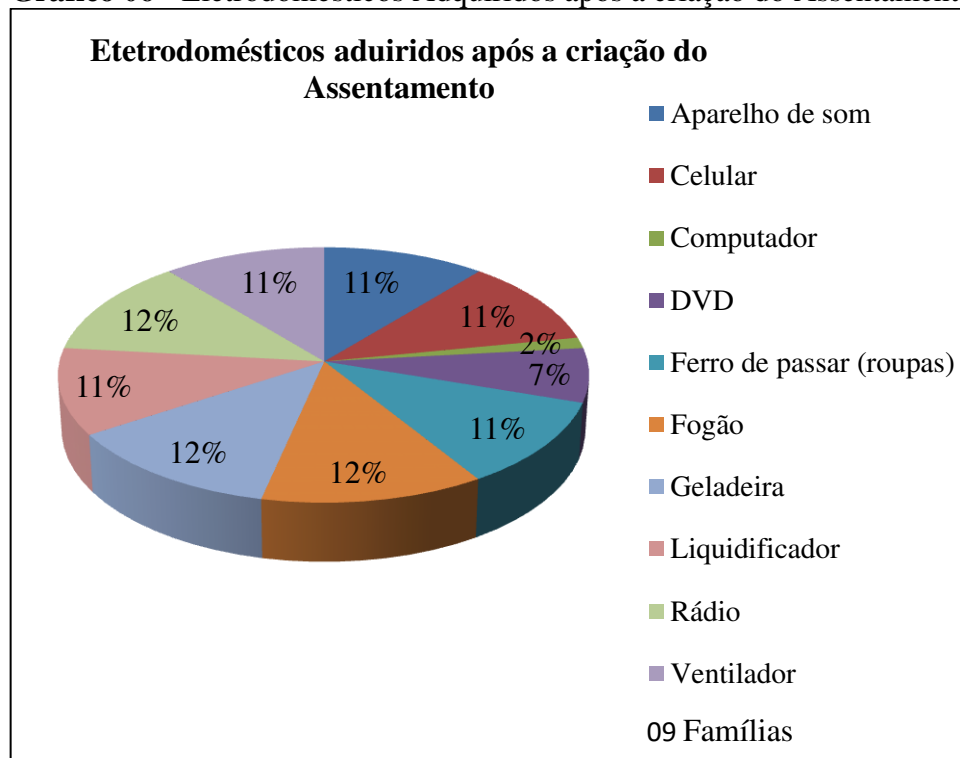
#### **4.4. A Relação Exógena**

Os camponeses do assentamento posseiro do açude público de Bartolomeu I foram anteriormente “excluídos” por parte da população bonitense, principalmente por defensores da estrutura agrária padrão com forte presença do latifúndio.

O Modelo da estrutura agrária vem aos poucos perdendo espaço. Atualmente, os antes denominados “sem terra”, levam uma vida normal como qual quer outro cidadão instruído na sociedade, são detentores de um pedaço de chão, onde podem trabalhar livremente.

O gráfico abaixo mostra a realidade do assentamento com relação a alguns equipamentos eletroeletrônicos presentes nas residências dos assentados. Alguns assentados reportam que antes não tinham a oportunidade de comprar em nenhum estabelecimento comercial da cidade, por que os comerciantes não lhes davam confiança.

Hoje a realidade é outra, sendo disputada a freguesia dos assentados de Bartolomeu I. Acreditamos que a partir desse levantamento é possível entender a estrutura interna do assentamento e correlacionar com o cotidiano externo dos cidadãos de uma pequena cidade do alto sertão paraibano.

**Gráfico 06 - Eletrodomésticos Adquiridos após a criação do Assentamento**

**Fonte:** Santos, 2015.

Desta forma, afirmamos que os posseiros do assentamento do açude público de Bartolomeu I se relacionam com a população bonitense de modo harmônico, diferentemente das relações sociais vivenciadas no passado.

Isso é representado, de forma contemplativa, na fala da assentada Dona Joana (2015), quando firma:

Eu tinha nove (9) filhos não era brincadeira, sem nada e ainda mais, trabalhando para patrão. Os donos de mercados não confiavam em nós, andando pela rua nós sempre ouvia piadas de mau gosto. Diante disso o meu esposo uma vez botou uma roça com o patrão e tirou 30 sacas de milho e 15 sacas de feijão e quando terminamos eu chorei, porque entrou as 30 sacas de milho e saiu 25 para o patrão e só ficou 5 sacas na minha casa e eu falei, o nosso suor não tá valendo mais nada todo derramado em vão. E isso acontecia porque ele arrumava o dinheiro para gente e dizia que nós tínhamos que pagar com legume porque não tinha outro meio e nos pagava, eu fiquei nervosa e disse homem vamos procurar um lugar para criar os nossos filhos porque aqui não dá certo, foi onde ele se revoltou e até mesmo o patrão e disse que não ia dá mais terra pra nos trabalhar e nos dissemos pronto nos vamos para onde tem água e vamos viver lá e se tiver come e bebe vamos escapando até quando Deus quiser.

E fazendo esse triste recorte na memória temos alegria na mesma hora e agradecemos a Deus porque enfrentamos os desafios e ele nos deu coragem até quase morremos. Hoje estamos aqui felizes e sempre agradecendo á Deus porque hoje temos um lar antes não tinha e temos nossos amigos e

companheiros que ainda estão com agente e onde chegamos recebemos palavra de conforto eu me sinto feliz e realizada.  
NOSSA CASA HOJE é uma de nossas conquistas (Assentada Dona Joana, 2015).

Imagem da casa a conquista citada e árvore ao lado serviu de abrigo para essa família durante alguns anos no período da luta pela terra.

**Imagens 28 e 29** – casa de uma família assentada.



**Fonte:** Estudo de campo realizado em 2014.

Portanto, com as dificuldades enfrentadas ao longo do processo de luta pela terra os assentados hoje comemoram suas vitórias e sentem-se felizes em poder desfrutar das suas conquistas. Entendemos que a luta pela terra teve inúmeras dificuldades, os assentados quase morreram, mas hoje estão felizes e agradecidos a Deus e aos órgãos governamentais e não governamentais que os apoiaram na luta pela conquista do espaço agrário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O camponês luta contra as consequências climáticas e contra a opressão dos proprietários que os exploram para manter seus status.

Entende-se que a partir da distribuição de terra no Brasil, no período da colonização, este bem tornou “objeto” de conflito pelo seu uso e acesso. Observando ao longo dos processos históricos, vemos várias formas de distribuição e de lutas pautadas nos interesses da sociedade. O espaço agrário brasileiro sempre esteve ligado a um jogo de interesses, que favorece os latifundiários, e as políticas públicas de distribuição de terras, correspondem a um modelo de lutas contra esse Latifúndio.

O desenvolvimento do latifúndio, no espaço agrário brasileiro, causa revolta aos menos favorecidos economicamente que lutam incansavelmente contra o modelo de distribuição de terras, imposto pelos dragões da sociedade capitalista que resulta na reprodução do espaço agrário. Os movimentos sociais no campo passam a intervir contra este quadro desigual da ordem socioterritorial do campo. Começaram a se organizar com objetivos predefinidos para lutar contra o “padrão” agrário brasileiro, definindo novos rumos a serem conquistados.

No Brasil o desenvolvimento dos movimentos sociais, bem como salientamos, as Ligas Camponesas e sua atuação na Região Nordeste contribuiu, de forma direta, para as conquistas atuais. A partir das reflexões sobre a luta, nascem movimentos sociais em nível Federal, Estadual e Municipal, bem como o MST e CPT, entidades que apoiam o movimento de luta pela terra dos agricultores e por melhores condições de vida no espaço agrário nacional. Ambos ainda enfrentam graves problemas devido à precarização e a falta de apoio das instâncias responsáveis pelas políticas públicas e até sofrem com a rejeição por parte da mídia, que marginaliza o movimento de luta pela terra.

A partir desses levantamentos surgiram discussões sobre território, espaço agrário, resistência e memória sobre a construção da identidade camponesa e da dignidade humana dos posseiros do assentamento de Bartolomeu I, que hoje cada um dos 17 posseiros desfruta de uma área de terra igual a 6.6 hectares. A luta para conquistar a “liberdade” está interligada à reterritorialização do espaço agrário, hoje administrado por cada família que, daquele pedaço de chão, desfruta para produzirem o essencial para sua subsistência e para o comércio.

Áreas antes dominadas pelo latifúndio que explorava os trabalhadores em uma estrutura agrária “intocável”. A resistência é o motor propulsor do cotidiano camponês nesse

assentamento que se encontra em desenvolvimento, necessitando de apoio dos órgãos competentes.

Diante do exposto, uma reforma na estrutura agrária, a partir da distribuição da terra, provocaria significativas mudanças, como já está em processo nas estratégias políticas da luta camponesa pela dignidade, que visa diminuir os altos índices do latifúndio, mesmo sendo substituído pela pequena propriedade camponesa, ainda que de forma lenta e precária, mas que é uma realidade que se apresenta em muitos lugares no país como foi verificado no Assentamento Posseiro do Açude Público de Bartolomeu I, no município de Bonito de Santa Fé, no Auto Sertão Paraibano.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Ouvir Contar Textos em História Oral**. Ed. FGV. Rio de Janeiro 2004.

CALDART, R, S. **O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo**. Seminário Internacional do GT CLACSO Educação, Trabalho e Exclusão Social na América Latina. Estudos Avançados, Rio de Janeiro, p. 15-43, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016)>. Acesso: 07/11/2014

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) Alto Sertão Paraibano. Cajazeiras – PB.

DI LORENZO, I, D, N. **A Construção da Territorialidade Camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo - PB**. Dissertação de Mestrado – UFPB. João Pessoa, 2007.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 Anos de Luta pela Terra**<sup>1</sup>. Revista de Cultura Vozes. Disponível em: <<http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>>. Acesso em: 04/11/2014.

FERNANDES, B. M.; **Os Campos da Pesquisa em Educação do campo: Espaços e Territórios como Categorias essenciais**. I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo de 19 – 22 de Set. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educaçãodo campo/artigo\\_bernardo.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo/artigo_bernardo.pdf)>. Acesso em: 03/09/14.

FERNANDES. B. M.; **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica para uma Litura Geográfica dos Movimentos Sociais**. Revista NERA-ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 05/11/2014.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradutor. SIDOU, Beatriz. 2ª ed. Ed. Centauro. São Paulo, 2006.

LAKATOS, E, M. MARCONI, M, A. **Metodologia Científica**. 5ª ed. Ed. Atlas. São Paulo 2008.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradutor LEITÃO, B. *et al* 5ª ed. Ed. Unicamp, Campinas – SP, 2003.

LIMA. E.C. de. **Dissidência e Fragmentação da Luta pela Terra na “Zona da Cana” Nordeste: O Estado da Questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco**. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife – PE, 2011. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/.../arquivo2596\\_1.pdf?1](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/.../arquivo2596_1.pdf?1)>. Acesso em: 11/11/ 2014.

MOREIRA, E; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. Ed. Universitária/UFPB. João Pessoa, 1997.

OLIVEIRA, A. U; **A Longa Macha do Campesinato brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, p. 15–43, 2001. Disponível em:



<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015)>.  
Acesso em: 07/09/2014

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. Ed. 1ª. Ed. FFLCH, São Paulo - 2007, 184p.

OLIVEIRA, G.S. de. **Caminhos da Reforma Agrária: O processo Histórico da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, da Luta pela Terra à Luta na Terra (1985 - 2012)**. 2013. 137 f. Dissertação (Em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Paraíba, 2013. Disponível em: <[http://www.bdt.d.biblioteca.ufpb.br/tde\\_arquivos/7/TDE.../ArquivoTotalGiordan.pdf](http://www.bdt.d.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/7/TDE.../ArquivoTotalGiordan.pdf)>. Acesso em 15/03/2014

RODRIGUES. L. L. M.; SILVA, A. R.O. da; MOREIRA, M.; **Luta Camponesa por Terra no Semiárido Paraibano**. Revista OKARA, João Pessoa, v.3, p. 1-222, 2009. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>. Acesso em: 11/12/2014.

SAQUET. M. A.: **Campo – Território: Considerações Teóricas – Metodológicas**. Revista de Geografia Agrária, v.1, n.1. Uberlândia 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/ViewFile/11780/6894>>. Acesso em: 13/10/2014


SILVA, J, A. **Do território da Esperança à Memória da Conquista Territorial: Conflitos e Acesso a Terra pelo MST no acampamento Emiliano Zapata, Município de Sousa – PB**. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura Plena em Geografia) – UFCG, Cajazeiras – PB, 2014.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuições para o Ensino do Pensamento Geográfico**. Ed. Unesp. São Paulo, 2004.


THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Tradução: OLIVEIRA, L, L, O. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

## **ANEXOS**

**Anexo A - Título de Posse do lote do Assentamento Possesores do Açude Bartolomeu.**



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**




**INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - INTERPA**


**ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA**  
**INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA**  
**INTERPA**

**752.642.424-53, 15- JOSÉ VALDIR DA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG Nº 1459486 SSP/PB, CPF Nº 027.122.044-92, **16- JOSÉ FURTUOSO**, brasileiro, casado, agricultor, RG Nº 1.034.121 SSP/PB, CPF Nº 047.359.974-07, **17- FRANCISCO PINTO DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG Nº 2479485 SSP/PB, CPF Nº 032.962.124-69, relativo a uma área de terra medindo 113,7187 há (**CENTO E TREZE HECTARES, SETENTA E UM ARES E OITENTA E SETE CENTIARES.**), conforme planta e memorial descritivo anexos, localizada as margens do supracitado Açude, registrado em maior porção em nome do Estado da Paraíba, sob Nº **R.8-079**, Livro **2-P**, fls. **133**, em **13 de abril de 1989**, no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Bonito de Santa Fé/PB, mediante as condições a seguir expostas:

- a) Dar-lhe destinação compatível com as normas do Estatuto da Terra, ficando proibido a utilização de adubo e biocida, já que os ocupantes são praticantes da Agricultura Orgânica;
- b) Cultivá-lo pessoalmente com sua família e eventualmente com ajuda de terceiros;
- c) Não agregar o lote a qualquer outro e nem fracioná-lo.
- d) Preservar os recursos naturais, conforme a legislação e normas emanadas pela AESA e SUDEMA;
- e) Manter níveis satisfatórios de produtividade e residir próximo ao imóvel;
- f) Responder por todos os encargos civis administrativos e tributários que venham a incidir sobre o lote;
- g) A transferência da presente concessão somente se efetivará com a anuência do INTERPA/PB
- h) A destinação diversa da especificada acima, implicará na rescisão administrativa da presente concessão;
- i) O lote não pode ser cedido, alugado ou alienado;
- j) O prazo de validade da presente concessão, é por tempo indeterminado.
- k) Não é permitido a utilização de área sujeita a inundação quando o Açude atingir a sua cota máxima;
- l) A Associação dos Possesores do Açude Bartolomeu será o elo de ligação entre os posseiros e os entes públicos.
- m) Cada posseiro ficará com 6,6893 há (**SEIS HECTARES, SESENTA E OITO ARES E NOVENTA E TRÊS CENTIARES**)



**NIVALDO MORENO DE MAGALHÃES**  
**Diretor Presidente do INTERPA**




Rodovia BR 230 Km 14  
 Renascer - Cabedelo - PB  
 CEP: 58108-012  
[www.interpa.pb.gov.br](http://www.interpa.pb.gov.br)

Fone: (83) 3214-9275  
 FAX: (83) 3214-9290  
 CNPJ: 09.370.990/0001-24

INTERPA-PB

Anexo B - Assinaturas dos Assentados

INTERPA-PB



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA**  
**INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA**  
**INTERPA**

<p>1 João Agostinho de Sousa          JOÃO AGOSTINHO DE SOUSA</p> <p>3 Maria Elni da Silva Vieira          MARIA ELNI DA SILVA VIEIRA</p> <p>5 Maria Jacilene Gomes da Silva          MARIA JACILENE GOMES DA SILVA</p> <p>7 José Farnésio de Sousa          JOSÉ FARNÉSIO DE SOUSA</p> <p>11 José Alvor da Silva          JOSÉ ALVES DA SILVA</p> <p>13 Antônio Flávio Agostinho          ANTONIO FLÁVIO AGOSTINHO</p> <p>15 José Valdir da Silva          JOSÉ VALDIR DA SILVA</p>	<p>2 Antônio Ferreira de Souza          ANTONIO FERREIRA DE SOUZA</p> <p>4 Joaquim Ferreira da Silva          JOAQUIM FERREIRA DA SILVA</p> <p>6 Maria Coelha dos Santos          MARIA COELHO DOS SANTOS</p> <p>8 Maria do Socorro A. da Silva          MARIA DO SOCORRO A. DA SILVA</p> <p>10 Izabel Gomes F. do Nascimento          IZABEL GOMES F. DO NASCIMENTO</p> <p>12 Paulo Alves de Sousa          PAULO ALVES DE SOUSA</p> <p>14 Francisco Joaquim de Oliveira          FRANCISCO JOAQUIM DE OLIVEIRA</p> <p>17 José Furtuoso          JOSÉ FURTUOSO</p> <p>18 Francisco Pinto de Sousa          FRANCISCO PINTO DE SOUSA</p>
--	--

## Anexo C - Memorial Descritivo da Área I



INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA – SEDAP

NÚCLEO DE CARTOGRAFIA E AGRIMENSURA – NCART

**MEMORIAL DESCRITIVO**

Proprietário: POSSEIROS DO AÇUDE BARTOLOMEU  
Propriedade: SÍTIO BARTOLOMEU – ÁREA I  
Local: BONITO DE SANTA FÉ UF: PB  
Perímetro: 6.995,83 m Área: 80,6542 ha

**DESCRIÇÃO**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.191.183,62m e E 556.765,00m; Cerca; deste, segue confrontando com TIBURTINO JOSÉ DE LIMA, com os seguintes azimutes e distâncias: 108°24'54" e 54,67 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.191.166,35m e E 556.816,87m; 126°35'06" e 68,81 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.191.125,34m e E 556.872,12m; 108°33'38" e 136,94 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.191.081,75m e E 557.001,94m; 111°15'40" e 119,16 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.191.038,54m e E 557.112,99m; Cerca; deste, segue confrontando com AÇUDE BARTOLOMEU, com os seguintes azimutes e distâncias: 207°44'00" e 93,00 m até o vértice 102, de coordenadas N 9.190.956,22m e E 557.069,71m; 250°17'43" e 120,44 m até o vértice 101, de coordenadas N 9.190.915,61m e E 556.956,32m; 277°39'46" e 36,75 m até o vértice 100, de coordenadas N 9.190.920,51m e E 556.919,90m; 259°55'35" e 44,54 m até o vértice 99, de coordenadas N 9.190.912,72m e E 556.876,05m; 229°54'04" e 11,26 m até o vértice 98, de coordenadas N 9.190.905,47m e E 556.867,44m; 148°18'30" e 13,36 m até o vértice 97, de coordenadas N 9.190.894,10m e E 556.874,46m; 93°27'06" e 163,11 m até o vértice 96, de coordenadas N 9.190.884,28m e E 557.037,27m; 111°06'49" e 61,10 m até o vértice 95, de coordenadas N 9.190.862,27m e E 557.094,27m; 148°58'49" e 77,33 m até o vértice 94, de coordenadas N 9.190.796,00m e E 557.134,12m; 211°19'33" e 74,63 m até o vértice 93, de coordenadas N 9.190.732,25m e E 557.095,32m; 150°47'00" e 55,97 m até o vértice 92, de coordenadas N 9.190.683,40m e E 557.122,64m; 214°12'19" e 32,39 m até o vértice 91, de coordenadas N 9.190.656,61m e E 557.104,43m; 251°44'05" e 100,35 m até o vértice 90, de coordenadas N 9.190.625,16m e E 557.009,14m; 278°19'45" e 81,04 m até o vértice 89, de coordenadas N 9.190.636,90m e E 556.928,95m; 192°50'38" e 17,36 m até o vértice 88, de coordenadas N 9.190.619,97m e E 556.925,09m; 118°55'17" e 118,67 m até o vértice 87, de coordenadas N 9.190.562,58m e E 557.028,96m; 196°06'59" e 20,25 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.190.543,13m e E 557.023,34m; 272°50'34" e 138,72 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.190.550,01m e E 556.884,79m; 206°14'57" e 29,19 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.190.523,83m e E 556.871,88m; 171°49'03" e 61,83 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.190.462,63m e E 556.880,68m; 240°18'01" e 86,45 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.190.419,80m e E 556.805,59m; 173°02'12" e 45,70 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.190.374,44m e E 556.811,13m; 214°10'03" e 58,58 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.190.325,97m e E 556.778,23m; 247°56'17" e 19,20 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.190.318,76m e E 556.760,44m; 242°32'18" e 96,89 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.190.274,08m e E 556.674,47m; 170°33'22" e 10,18 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.190.264,04m e E 556.676,14m; 128°23'59" e 104,21 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.190.199,31m e E 556.757,81m; 102°53'58" e 167,71 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.190.161,87m e E 556.921,29m; 190°46'26" e 248,59 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.189.917,66m e E 556.874,82m; 217°30'43" e 83,89 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.189.851,12m e E 556.823,74m; 216°58'33" e 218,38 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.189.676,66m e E 556.692,39m; 247°20'46" e 123,92 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.189.628,93m e E 556.578,03m; 272°08'51" e 135,57 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.189.634,01m e E 556.442,56m;

## Anexo D - Memorial Descritivo da Área I.



INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA – SEDAP

NÚCLEO DE CARTOGRAFIA E AGRIMENSURA – NCART

**MEMORIAL DESCRITIVO**

180°24'57" e 34,45 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.189.599,56m e E 556.442,31m; Cerca; deste, segue confrontando com BRAUNER AMORIM ARRUDA, com os seguintes azimutes e distâncias: 195°37'26" e 167,20 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.189.438,54m e E 556.397,28m; 206°15'33" e 406,32 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.189.074,15m e E 556.217,51m; Cerca; deste, segue confrontando com LEOMAR DE SOUSA ROLIM, com os seguintes azimutes e distâncias: 324°29'09" e 239,46 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.189.269,06m e E 556.078,41m; 318°38'06" e 77,40 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.189.327,15m e E 556.027,26m; 13°02'43" e 612,66 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.189.924,00m e E 556.165,55m; Cerca; deste, segue confrontando com a ESTRADA VICINAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 22°34'51" e 7,92 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.189.931,31m e E 556.168,59m; 292°44'57" e 47,04 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.189.949,50m e E 556.125,21m; 302°42'13" e 82,47 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.189.994,06m e E 556.055,81m; 286°07'36" e 85,90 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.190.017,92m e E 555.973,29m; Cerca; deste, segue confrontando com JOSENY GRANJEIRO PALITOT, com os seguintes azimutes e distâncias: 28°11'39" e 64,81 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.190.075,04m e E 556.003,91m; 21°09'53" e 83,40 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.190.152,81m e E 556.034,02m; Cerca; deste, segue confrontando com MARCOS ANTÔNIO ALMEIDA HOLANDA, com os seguintes azimutes e distâncias: 111°28'04" e 25,52 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.190.143,47m e E 556.057,77m; 64°52'32" e 111,90 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.190.190,98m e E 556.159,08m; 117°00'08" e 92,00 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.190.149,21m e E 556.241,05m; 50°53'37" e 577,35 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.190.513,38m e E 556.689,06m; 58°11'07" e 221,46 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.190.630,13m e E 556.877,25m; 57°34'45" e 174,15 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.190.723,50m e E 557.024,26m; 273°08'28" e 308,41 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.190.740,40m e E 556.716,31m; 6°16'09" e 445,89 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 39°00', fuso -24, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

**Observações:**

A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

José Fernandes de Lima Filho  
Ger. NCART  
C.R.E.A 040.203.775-8

Paulo Roberto de SENA  
PAULO ROBERTO DE SENA  
CREA: 160.506.527-7

## Anexo E – Memorial descritivo Área I.



INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

NÚCLEO DE CARTOGRAFIA E AGRIMENSURA - NCART

**MEMORIAL DESCRITIVO**

Proprietário: POSSEIROS DO AÇUDE BARTOLOMEU  
Propriedade: SÍTIO BARTOLOMEU – ÁREA II  
Local: BONITO DE SANTA FÉ UF: PB  
Perímetro: 2.267,86 m Área: 16,0098 ha

**DESCRIÇÃO**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 9, de coordenadas N 9.190.981,56m e E 557.499,81m; Cerca; deste, segue confrontando com SANTINO NITÃO DUNGA, com os seguintes azimutes e distâncias: 159°00'25" e 171,61 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.190.821,34m e E 557.561,29m; 172°42'01" e 37,86 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.190.783,79m e E 557.566,10m; 167°57'29" e 34,85 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.190.749,71m e E 557.573,37m; Cerca; deste, segue confrontando com ESTRADA VICINAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 138°29'10" e 241,64 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.190.568,77m e E 557.733,53m; 143°00'04" e 180,24 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.190.424,82m e E 557.842,00m; 151°07'43" e 150,13 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.190.293,35m e E 557.914,49m; Cerca; deste, segue confrontando com o ESPÓLIO DE NAZÁRIO TAVARES DE LIMA, com os seguintes azimutes e distâncias: 240°35'20" e 162,03 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.190.213,78m e E 557.773,34m; 241°05'34" e 228,92 m até o vértice 16a, de coordenadas N 9.190.103,12m e E 557.572,94m; Cerca; deste, segue confrontando com o AÇUDE BARTOLOMEU, com os seguintes azimutes e distâncias: 0°26'26" e 313,42 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.190.416,53m e E 557.575,35m; 353°36'49" e 191,85 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.190.607,19m e E 557.554,01m; 334°57'05" e 64,55 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.190.665,67m e E 557.526,68m; 322°02'12" e 311,58 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.190.911,32m e E 557.335,01m; Cerca; deste, segue confrontando com TIBURTINO JOSÉ DE LIMA, com os seguintes azimutes e distâncias: 65°15'11" e 51,31 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.190.932,80m e E 557.381,61m; 67°34'58" e 127,86 m até o vértice 9, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 39°00', fuso -24, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

**Observações:**

A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

José Fernandes de Lima Filho  
Ger. NCART  
C.R.E.A 040.203.775-8

*Paulo Roberto de Sena*

PAULO ROBERTO DE SENA  
CREA: 160.506.527-7

## Anexo F – Memorial descritivo Área II.



INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

NÚCLEO DE CARTOGRAFIA E AGRIMENSURA - NCART

**MEMORIAL DESCRITIVO**

Proprietário: POSSEIROS DO AÇUDE BARTOLOMEU  
Propriedade: SÍTIO BARTOLOMEU – ÁREA II  
Local: BONITO DE SANTA FÉ UF: PB  
Perímetro: 2.267,86 m Área: 16,0098 ha

**DESCRIÇÃO**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 9, de coordenadas N 9.190.981,56m e E 557.499,81m; Cerca; deste, segue confrontando com SANTINO NITÃO DUNGA, com os seguintes azimutes e distâncias: 159°00'25" e 171,61 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.190.821,34m e E 557.561,29m; 172°42'01" e 37,86 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.190.783,79m e E 557.566,10m; 167°57'29" e 34,85 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.190.749,71m e E 557.573,37m; Cerca; deste, segue confrontando com ESTRADA VICINAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 138°29'10" e 241,64 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.190.568,77m e E 557.733,53m; 143°00'04" e 180,24 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.190.424,82m e E 557.842,00m; 151°07'43" e 150,13 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.190.293,35m e E 557.914,49m; Cerca; deste, segue confrontando com o ESPÓLIO DE NAZÁRIO TAVARES DE LIMA, com os seguintes azimutes e distâncias: 240°35'20" e 162,03 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.190.213,78m e E 557.773,34m; 241°05'34" e 228,92 m até o vértice 16a, de coordenadas N 9.190.103,12m e E 557.572,94m; Cerca; deste, segue confrontando com o AÇUDE BARTOLOMEU, com os seguintes azimutes e distâncias: 0°26'26" e 313,42 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.190.416,53m e E 557.575,35m; 353°36'49" e 191,85 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.190.607,19m e E 557.554,01m; 334°57'05" e 64,55 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.190.665,67m e E 557.526,68m; 322°02'12" e 311,58 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.190.911,32m e E 557.335,01m; Cerca; deste, segue confrontando com TIBURTINO JOSÉ DE LIMA, com os seguintes azimutes e distâncias: 65°15'11" e 51,31 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.190.932,80m e E 557.381,61m; 67°34'58" e 127,86 m até o vértice 9, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 39°00', fuso -24, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

**Observações:**

A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

*José Fernandes de Lima Filho*  
Ger. NCART  
C.R.E.A 040.203.775-8

*Paulo Roberto de Sena*

PAULO ROBERTO DE SENA  
CREA: 160.506.527-7



## Anexo G – Memorial descritivo Área III.



INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

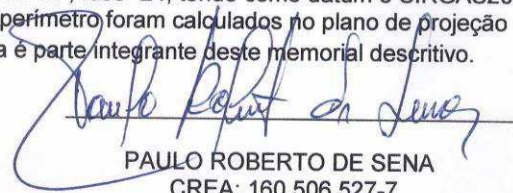
NÚCLEO DE CARTOGRAFIA E AGRIMENSURA - NCART

**MEMORIAL DESCRITIVO**

Proprietário: POSSEIROS DO AÇUDE BARTOLOMEU  
Propriedade: SÍTIO BARTOLOMEU – ÁREA III  
Local: BONITO DE SANTA FÉ UF: PB  
Perímetro: 2.023,75 m Área: 13,5849 ha

**DESCRIÇÃO**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **57**, de coordenadas **N 9.190.628,99m** e **E 557.313,49m**; Cerca; deste, segue confrontando com o AÇUDE BARTOLOMEU, com os seguintes azimutes e distâncias: **105°18'06"** e **108,83 m** até o vértice **56**, de coordenadas **N 9.190.600,27m** e **E 557.418,46m**; **139°49'51"** e **93,79 m** até o vértice **55**, de coordenadas **N 9.190.528,60m** e **E 557.478,96m**; **191°30'47"** e **92,34 m** até o vértice **54**, de coordenadas **N 9.190.438,12m** e **E 557.460,53m**; **212°11'54"** e **75,86 m** até o vértice **53**, de coordenadas **N 9.190.373,93m** e **E 557.420,11m**; **276°43'49"** e **163,06 m** até o vértice **52**, de coordenadas **N 9.190.393,04m** e **E 557.258,17m**; **220°34'45"** e **53,57 m** até o vértice **51**, de coordenadas **N 9.190.352,35m** e **E 557.223,32m**; **181°10'24"** e **64,46 m** até o vértice **50**, de coordenadas **N 9.190.287,90m** e **E 557.222,00m**; **148°59'38"** e **250,31 m** até o vértice **18**, de coordenadas **N 9.190.073,36m** e **E 557.350,94m**; Cerca; deste, segue confrontando com BRAUNER AMORIM ARRUDA, com os seguintes azimutes e distâncias: **274°12'43"** e **57,18 m** até o vértice **19**, de coordenadas **N 9.190.077,56m** e **E 557.293,91m**; **279°32'21"** e **57,57 m** até o vértice **20**, de coordenadas **N 9.190.087,10m** e **E 557.237,14m**; **290°22'16"** e **32,29 m** até o vértice **21**, de coordenadas **N 9.190.098,34m** e **E 557.206,87m**; Cerca; deste, segue confrontando com o AÇUDE BARTOLOMEU, com os seguintes azimutes e distâncias: **306°36'42"** e **355,15 m** até o vértice **65**, de coordenadas **N 9.190.310,15m** e **E 556.921,79m**; **6°45'22"** e **64,35 m** até o vértice **64**, de coordenadas **N 9.190.374,05m** e **E 556.929,36m**; **67°25'46"** e **105,41 m** até o vértice **63**, de coordenadas **N 9.190.414,51m** e **E 557.026,70m**; **103°11'15"** e **75,96 m** até o vértice **62**, de coordenadas **N 9.190.397,18m** e **E 557.100,66m**; **51°48'49"** e **69,38 m** até o vértice **61**, de coordenadas **N 9.190.440,07m** e **E 557.155,19m**; **343°32'17"** e **83,95 m** até o vértice **60**, de coordenadas **N 9.190.520,58m** e **E 557.131,40m**; **58°06'38"** e **34,60 m** até o vértice **59**, de coordenadas **N 9.190.538,86m** e **E 557.160,78m**; **80°20'08"** e **75,53 m** até o vértice **58**, de coordenadas **N 9.190.551,54m** e **E 557.235,24m**; **45°17'40"** e **110,10 m** até o vértice **57**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 39°00'**, fuso -24, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M. **Observações:** A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

  
PAULO ROBERTO DE SENA  
CREA: 160.506.527-7

  
José Fernandes de Lima Filho  
Ger. NCART  
C.R.E.A 040.203.775-8

## Anexo H - Memorial descritivo Área IV.



INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

NÚCLEO DE CARTOGRAFIA E AGRIMENSURA - NCART

**MEMORIAL DESCRITIVO**

Proprietário: POSSEIROS DO AÇUDE BARTOLOMEU

Propriedade: SÍTIO BARTOLOMEU – ÁREA IV

Local: BONITO DE SANTA FÉ UF: PB

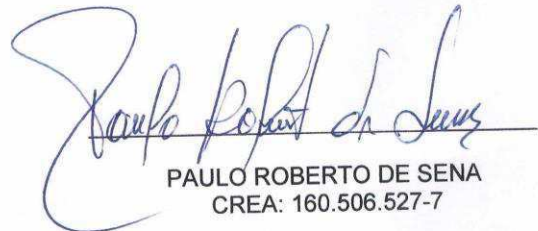
Perímetro: 1.010,33 m Área: 3,4698 ha

**DESCRIÇÃO**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **24**, de coordenadas **N 9.189.886,70m** e **E 557.013,53m**; Cerca; deste, segue confrontando com BRAUNER AMORIM ARRUDA, com os seguintes azimutes e distâncias: **192°51'23"** e **399,40 m** até o vértice **25**, de coordenadas **N 9.189.497,31m** e **E 556.924,66m**; **268°49'58"** e **147,77 m** até o vértice **69**, de coordenadas **N 9.189.494,30m** e **E 556.776,92m**; Cerca; deste, segue confrontando com o AÇUDE BARTOLOMEU, com os seguintes azimutes e distâncias: **19°00'47"** e **71,77 m** até o vértice **68**, de coordenadas **N 9.189.562,15m** e **E 556.800,30m**; **32°37'50"** e **112,79 m** até o vértice **67**, de coordenadas **N 9.189.657,14m** e **E 556.861,12m**; **28°59'45"** e **215,43 m** até o vértice **66**, de coordenadas **N 9.189.845,57m** e **E 556.965,55m**; **49°23'45"** e **63,20 m** até o vértice **24**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas **N m** e **E m**, e encontram-se representadas no Sistema **U T M**, referenciadas ao **Meridiano Central nº 39°00'**, fuso **-24**, tendo como datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção **U T M**.

**Observações:**

A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

  
PAULO ROBERTO DE SENA  
CREA: 160.506.527-7

  
José Fernandes de Lima Filho  
Ger. NCART  
CREA 040.203.775-8





### 3.2. PECUÁRIA:

Rebanho	Nº de animais anteriores ao PA	Nº de animais que possui atualmente	Objetivos da criação
Bovino			
Bubalino			
Caprino			
Codornas			
Equino			
Galinha			
Ganso			
Guiné			
Jumento			
Ovino			
Pato			
Peru			
Suíno			

### 3.3. SOBRE EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS E OUTROS:

Eletrodomésticos	Antes do Assentamento	Depois do assentamento	Observações
Aparelho de som			
Celular			
Computador			
DVD			
Ferro de passar(roupas)			
Fogão			
Geladeira			
Liquidificador			
Rádio			
Telefone fixo			
Vídeo			
Ventilador			

### 4.SOBRE A HISTORIA DA LUTA PELA TERRA

5.1. Como era a sua vida antes de conseguir a sua parcela?

5.2. E hoje, depois da terra conquistada, como é a sua vida? O que mudou?

5.3. Como você se sentia como homem, ou mulher, ou trabalhador rural, antes de ser assentado?

5.4. Como você se sente como homem, ou mulher, trabalhador rural, atualmente?

## 5. SOBRE A ORGANIZAÇÃO ATUAL

8.1. Quais os problemas e/ou conflitos que você vê aqui no assentamento que podem interferir no desenvolvimento local.

8.2. Quais foram os ganhos organizacionais? (O que foi construído mediante a organização do grupo)?

## 6. SOBRE JOVENS. CRIANÇAS E IDOSOS

10.1. Como é realizado o trabalho dos jovens?

10.2. As crianças da família trabalham? ( )sim ( )não. Se sim, de que formas?

10.4. As crianças da família participam de algum grupo da comunidade? ( )sim ( )não. Se sim, qual (is)?

10.5. Os idosos da família trabalham? ( )sim ( )não. Se sim, de que formas?

10.6. Quais as tarefas dos homens nesta família?

10.7. E as tarefas das mulheres?

## 7. SOBRE A REFORMA AGRÁRIA:

12.1. O que é reforma agrária para você?

12.2. Você acha que o governo atual tem feito Reforma Agrária? ( )sim ( )não Por quê?

12.3. Se falta algo, o que falta para ser feita na Reforma Agrária?

## 8. SOBRE A ESTRUTURA ETÁRIA E SEXUAL DA FAMÍLIA:

13.1. Distribuição por idade e sexo dos membros de sua família?

Idade (Anos)	Sexo	
	Masculino	Feminino
0 – 10		
11 – 20		
21 – 30		
31 – 40		
41 – 50		
51 – 60		
61- 70		
70 – 80		
80 - >		